

**PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)****História do Brasil****Questão 1**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1 e Q 2. Deve-se iniciar fazendo uma breve contextualização da Crise de 1929, focada nos impactos para o Brasil. A queda do nível de atividade na economia mundial fez os preços do café caírem consideravelmente no final de 1929, contribuindo para uma grande redução das exportações brasileiras (o café correspondia a cerca de 70% do total). Além disso, também colaborou para essa redução a adoção de políticas alfandegárias protecionistas pelos principais parceiros comerciais do Brasil.

Q 3. É necessário abordar a ruptura de Washington Luís com Minas Gerais e a formação de um grupo de oposição intitulado Aliança Liberal, que era composto por forças regionais não associadas ao café. A Aliança Liberal lançou Getúlio Vargas (Rio Grande do Sul) e João Pessoa (Paraíba) na chapa para a Presidência, mas Júlio Prestes venceu o pleito. Com isso, iniciou-se uma movimentação militar da Aliança Liberal, cujo estopim foi o assassinato de João Pessoa em julho de 1930. Em novembro, a Junta Governativa Provisória entregou o poder a Getúlio Vargas.

Q 4. No final de 1931, a responsabilidade pela política cafeeira passou das instituições paulistas para o Departamento Nacional de Café, e o governo passou a adquirir safras de café como tentativa de elevar os preços (30% para estocagem, 30% para exportações e 40% para a chamada “quota de sacrifício”). Também foram aprovadas alterações na política cambial brasileira, com diferenciação para os produtos tradicionais, como o café, e para os não tradicionais.

Q 5. O comércio do Brasil com a Alemanha expandiu-se na década de 1930. O comércio bilateral, com base em acordos de compensação, era conduzido tendo como meta o equilíbrio entre o valor das exportações brasileiras para a Alemanha e o valor das importações brasileiras da Alemanha. Ademais, a modalidade permitia um controle do mercado interno, de modo que não fosse ameaçado com mercadorias alemãs concorrentes. Com a abordagem, as importações alemãs tornaram-se mais atraentes, e a participação do país nas exportações totais brasileiras subiu. Por fim, a prática também autorizava a assinatura de contratos para o fornecimento de material bélico.

Q 6. Com o advento do Estado Novo, em 1937, algumas questões despertaram apreensão em Washington, em um primeiro momento, notadamente a simpatia de Vargas pelos regimes totalitários europeus, o crescimento do comércio bilateral entre Brasil e Alemanha e a aproximação dos dois países no tocante ao comércio de armamentos. Contudo, o governo brasileiro manteve-se em “equidistância pragmática” entre os Estados Unidos da América (EUA) e a Alemanha, para viabilizar acordos econômicos com os dois lados. Outro ponto que contribuiu para as relações do Brasil com os EUA melhorarem foi a presença de Oswaldo Aranha, respeitado no país norte-americano, à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Q 7 e Q 8. No início das hostilidades, o governo brasileiro declarou neutralidade. No que se refere às relações comerciais, as importações e exportações alemãs sofreram declínio e houve aumento no intercâmbio comercial com os EUA e a Grã-Bretanha. A retração da presença comercial da Alemanha levou o Brasil a afastar-se da equidistância entre o final de 1941 e o início de 1942, substituindo pelo alinhamento com os EUA, que passaram a fazer concessões para obter a colaboração brasileira. Ademais, o ataque a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, provocou reprovação da opinião nacional, contribuindo para a mudança de posicionamento. Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo.

Q 9. Os EUA, por meio da política da boa vizinhança e da retórica pan-americanista do governo Roosevelt, buscavam ampliar sua zona de influência na América Latina. O Brasil ocupava posição estratégica no sistema defensivo, e Getúlio Vargas pediu o fornecimento de recursos e tecnologia para a construção de uma usina siderúrgica como contrapartida da cooperação. As negociações foram difíceis e, em setembro de 1940, foi firmado o acordo.

Q 10. Quando a guerra se encaminhava para o estágio final com a derrota do Eixo, começou a ficar claro que o Estado Novo também não sobreviveria por muito tempo. Após a entrada na guerra, personalidades de oposição começaram a se manifestar a respeito da contradição entre o apoio brasileiro às democracias aliadas e à ditadura de Vargas. O governo justificava a ditadura pelo contexto de guerra, mas, ao mesmo tempo, prometia a transição para um regime constitucional quando o conflito acabasse. Após pressão interna, foi agendada a data das eleições para dezembro, mas, em outubro, Getúlio foi forçado a renunciar após um imbróglio relacionado à indicação do irmão para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2011.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Angela de Castro (org.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*. V. 4. Olhando para Dentro: 1930-1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Quesitos de pontuação

- Q 1. Contextualização da Crise de 1929 e os impactos no Brasil.
- Q 2. Apresentação dos problemas com a queda dos preços do café e a redução das exportações brasileiras.
- Q 3. Apresentação de aspectos que levaram à ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930.
- Q 4. Apresentação de políticas econômicas de combate à Grande Depressão na década de 1930.

Q 5. Explicação a respeito da política de comércio de compensação com a Alemanha na década de 1930.

Q 6. Explicação acerca da “equidistância pragmática”, da política externa brasileira concernente aos Estados Unidos da América (EUA) e à Alemanha nos anos de 1930.

Q 7. Apresentação do posicionamento brasileiro frente à Segunda Guerra Mundial.

Q 8. Explicação quanto ao alinhamento com os Aliados e ao rompimento de relações diplomáticas e comerciais com o Eixo.

Q 9. Apresentação das negociações entre Brasil e EUA para a construção de uma usina siderúrgica em solo brasileiro.

Q 10. Indicação de causas para a queda de Getúlio Vargas em 1945.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**História do Brasil****Questão 2**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. Inicialmente, espera-se que o candidato destaque que o Primeiro Reinado deve ser examinado além da cronologia tradicional estrita, considerando que o período foi marcado pela convivência de paradigmas ainda ligados às práticas de poder do Antigo Regime e às ideias liberais tidas como modernas. Um exemplo concreto, entre outros, das consequências desse paradigma está na relação entre as novidades introduzidas pelo movimento constitucional de 1820 e a configuração do poder provincial em bases tradicionais.

Q 2. Espera-se dos candidatos que tratem dos mecanismos político-institucionais e legais que estiveram em voga no período, relacionando as discussões acerca da soberania, da liberdade e da autonomia às experiências parlamentares iberoamericanas, à Assembleia Constituinte e à Constituição de 1824.

Q 3. O tema da Constituição de 1824 abre a discussão a respeito da dinâmica entre os poderes políticos soberanos e a construção da nação, mas não somente. Cabe destacar a importância do tema da soberania nas relações internacionais e na economia. Em ambos os casos, deve ser enfatizado o conjunto de interesses, sobretudo do comércio do Rio de Janeiro, voltados para a autonomia do Brasil.

Q 4. É necessário estabelecer uma divisão entre as fases políticas do Primeiro Reinado. Inicialmente, cumpre apresentar o momento do triunfo do constitucionalismo, as circunstâncias da Guerra da Cisplatina e da celebração do Tratado de Paz e Amizade e, por outro lado, as tensões despertadas pelas reivindicações de livres pobres, escravizados e libertos no âmbito dos debates relacionadas à cidadania.

Q 5. É preciso, ainda, considerar o período inaugurado em 1826, com a reabertura da Assembleia Geral, as intensas discussões em relação à imprensa e às reformas da Justiça. No caso da imprensa, é indispensável observar que a circulação de notícias por intermédio de panfletos e jornais permite inferir a participação popular nos processos políticos em questão, e, ao mesmo tempo, sublinhar as discussões em torno do projeto referente ao abuso de liberdade de imprensa proposto por Gonçalves Ledo.

Q 6. É fundamental estabelecer relações entre os processos jurídicos e políticos por meio da construção do projeto referente aos juízes de paz, tendo em vista sua forte repercussão. Os candidatos devem comentar as atribuições dos magistrados e considerá-las à luz das dinâmicas municipais. Também cabe mencionar as tentativas realizadas pelo Senado de regulamentar as câmaras municipais, com consequências para o arranjo administrativo imperial.

Q 7. É também necessário mencionar as disputas entre o governo e a Câmara dos Deputados, com a pauta da criação de um sistema monárquico parlamentar, entre as posições do imperador e as do grupo de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Q 8. O tema das revoltas do final da década de 1830 deve ser comentado, sobretudo a partir da situação das províncias, como Pernambuco e Bahia, que permite pensar as repercussões de decisões políticas tomadas no Rio de Janeiro e as características específicas daquelas regiões.

Q 9. O encerramento da questão deve ser encaminhado com a discussão baseada no processo eleitoral, notadamente a partir do impacto da escolha de juízes de paz.

Q 10. Por fim, espera-se uma reflexão acerca dos movimentos de tropas e do “povo”, no contexto das manifestações contrárias ao governo e favoráveis a uma nova distribuição do poder político.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão *In*: SALLES, Ricardo Henrique; GRINBERG,

Keila (orgs.). *O Brasil Imperial: volume I (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 139-173.

BERBEL, Márcia Regina. A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). *Revista de Índias*, vol. LXVIII, n. 242, pp. 225-254.

FERNANDES, Renata Silva. *Um governo por conselhos: as províncias e o Império do Brasil*. Curitiba: Appris, 2021.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**História do Brasil****Questão 3**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir:

Q 1. Do ponto de vista político e institucional, o candidato poderá iniciar a resposta utilizando os anos do governo Ernesto Geisel (1975 – 1979) como o período inicial de abertura “lenta, gradual e segura” do regime civil-militar. Poderá tratar acerca das contradições desse período marcado, por um lado, por um compromisso com a abertura e, por outro, com a manutenção de práticas autoritárias em defesa da permanência dos militares no poder.

Q 2. A literatura relativa ao tema tem reiterado o caráter mais conservador do processo de redemocratização do Brasil, quando comparado ao de outros países. O candidato poderá referir-se a como a transição foi negociada internamente com a finalidade de evitar que os sujeitos envolvidos em crimes contra os direitos humanos fossem julgados e presos.

Q 3. O candidato poderá expor os impactos do fim dos Atos Institucionais para o processo de abertura política a partir de 1979, bem como os efeitos da legislação produzida no governo Geisel, em especial a Lei Falcão (1976) e os Pacotes de Abril (1977) no sentido de apresentar o papel dos militares na condução do processo de transição para a democracia. Outra questão importante a ser explorada é o fim do bipartidarismo no Brasil (1979) e a formação de novos partidos políticos, além da coalizão de forças, construída para que o processo de abertura política se concretizasse.

Q 4. O período da redemocratização marcou também outro entendimento em relação à democracia. Para os envolvidos nas organizações da sociedade civil e nos novos partidos políticos, a democracia foi entendida como a ampliação da participação do indivíduo na vida pública do País, ou seja, em um exercício ampliado da cidadania.

Q 5. O candidato poderá tratar do contexto mais amplo da chamada “década perdida” em que, no Brasil, os elevados índices de inflação e o aumento do custo de vida contribuíram para a ocorrência de perdas salariais reais para os trabalhadores brasileiros desde a segunda crise do petróleo em 1979.

Q 6. Além disso, outro aspecto a ser destacado é o das mobilizações dos movimentos sociais nos anos de 1980, como as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista e o movimento pelas “Diretas Já”, assim como as relações desses movimentos com o processo político em andamento.

Q 7. O candidato deverá tratar dos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1987 e da mobilização de amplos setores da sociedade civil e dos movimentos sociais em prol da elaboração de uma nova Constituição. Destaca-se o papel de lideranças do movimento negro e indígena na elaboração do documento.

Q 8. É importante atentar para o processo eleitoral que elegeu Tancredo Neves, que não assumiu a Presidência, e a condução política conservadora da abertura para a democracia no governo de José Sarney (1985 – 1990).

Q 9. Ademais, a literatura ressalta que um dos maiores desafios da redemocratização seria o de enfrentar a instabilidade econômica, impulsionada desde o colapso do chamado “milagre econômico” e aprofundada pela segunda crise do petróleo. Além disso, atenta-se para uma maior adesão às ideias do neoliberalismo após o consenso de Washington.

Q 10. No que tange à Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, é importante considerar o caráter do documento. Nela, há dispositivos e leis que contemplam uma gama variada de assuntos, destacando-se sua preocupação com os direitos sociais e civis. Há também uma preocupação com as instituições e o peso dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A tortura e o racismo foram configurados como crimes inafiançáveis.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SCHWARCZ, Lília M. (coord.). *Coleção História do Brasil Nação, 1808 – 1810*. V. 5. Modernização, ditadura e democracia, 1964 – 2010. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundação Mapfre, 2014.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**História do Brasil****Questão 4**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. Realize um balanço historiográfico acerca do período, contemplando as categorias de ruptura e continuidade como chaves interpretativas importantes para compreender o processo de independência, rejeitando, assim, tanto perspectivas que ressaltem apenas o seu conservadorismo, obscurecendo a agência de diferentes atores políticos e projetos divergentes (tal como a influência das ideias liberais e revolucionárias que circulavam no mundo atlântico à época), quanto àquelas que sobrevalorizam, em chave nacionalista e ufanista, a ruptura nacional e a anterioridade e precocidade da identidade nacional brasileira.

Q 2. A influência do reformismo ilustrado e do ambiente revolucionário da segunda metade do século XVIII para a formação de elites coloniais a um só tempo, alinhadas aos objetivos reformistas da Coroa portuguesa, mas também ocupadas progressivamente com ideias de liberdade comercial e fiscal e autonomia político-administrativa.

Q 3. A interiorização da metrópole e o impacto da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, considerando a importância de eventos que alteraram o estatuto colonial do Brasil antes mesmo de 1822, como a abertura dos portos (1808) e a elevação à categoria de Reino Unido.

Q 4. A conjuntura revolucionária e liberal da virada dos séculos XVIII e XIX e os impactos da circulação de suas ideias relacionados ao Brasil, suas elites e grupos subalternizados, tendo em vista eventos como a independência das Treze Colônias na América do Norte e a Revolução do Haiti.

Q 5. As diversidades regionais e os diferentes interesses e projetos de poder presentes nas capitânicas e que, muitas vezes, entraram em choque contra as intenções da Corte do Rio de Janeiro, considerando, especialmente, o ocorrido em Pernambuco à época de 1817 a 1824.

Q 6. A recepção e as consequências da Revolução do Porto sobre a América portuguesa, a crítica ao absolutismo e a crise das identidades da Nação portuguesa no contexto das Cortes de Lisboa.

Q 7. A construção do projeto de independência sob a liderança das elites do Centro-Sul e com a chancela do príncipe-regente dom Pedro.

Q 8. As complexidades históricas da participação popular no processo de independência, a cidadania restrita na sociedade escravista e o medo das elites pela haitianização do Brasil.

Q 9. As guerras de independência contra as Cortes de Lisboa e as adesões progressivas ao projeto de separação liderado pelas províncias do Centro-Sul.

Q 10. As bases do pacto político e constitucional acertado entre dom Pedro e as elites da antiga América portuguesa e sua crise em 1824.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University, 1988.
- BERNADES, Denis. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, Marcos Joaquim. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850)*. 2. ed. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2005.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial. Vol. 1808-1831*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- LEAL, Bruno; CHAVES, José Inaldo (orgs.). *As várias faces da Independência*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2017.
- MELLO, Evaldo Cabral. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- NEVES, Lucia Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Geografia****Questão 1**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. A noção de rede não é algo recente no campo dos estudos geográficos. Nos trabalhos clássicos dos séculos XIX e início do século XX, já se encontram análises abordando esse tema, conforme ilustrado pela perspectiva desenvolvida por La Blache. Ele argumentou que as técnicas relacionadas à mobilidade humana, como aquelas representadas pelas ferrovias, tiveram um impacto profundo em todo o hemisfério norte, onde a organização do ambiente influenciou inúmeras intervenções no espaço. Atualmente, os estudos relacionados à temática das redes experimentam uma notável expansão e reconhecimento, impulsionados principalmente pela maneira como o espaço e a sociedade estão estruturados no mundo contemporâneo.

Q 2. As redes urbanas, um dos objetos de estudo da geografia urbana, têm base fundamental, como é típico das redes em geral, na interconexão coordenada de centros urbanos. De acordo com Roberto Lobato Corrêa, é possível conceituar a rede urbana como “o conjunto de centros urbanos que estão funcionalmente interligados entre si”. Essa compreensão da rede urbana, que está intrinsecamente ligada às interações entre centros urbanos, também é evidenciada por Milton Santos, quando ele descreve as redes urbanas como “a manifestação dos movimentos populacionais, das atividades agrícolas e industriais, bem como dos fluxos monetários de informações e ordens”. Da mesma forma, Milton Santos a define como um “conjunto de aglomerações que produzem bens e serviços, juntamente com uma infraestrutura de apoio e os fluxos que circulam entre essas aglomerações através desses meios de intercâmbio”. Essa ênfase nos fluxos ressalta a importância crucial de considerar as interações espaciais.

Q 3. Milton Santos propôs categorias de análise por meio das quais seria possível tentar compreender a complexidade e a importância da rede urbana. A primeira categoria é a “estrutura” que envolve a interconexão de todas as partes de um conjunto, o método de organização ou produção, e conseqüentemente influencia qualquer acontecimento ou componente de natureza social que, ao estar inserido nessa situação, faz parte desse conjunto representado pela estrutura. Portanto, compreender a rede urbana requer a consideração de que ela é uma manifestação de forças abrangentes de natureza estrutural, decorrente da reprodução das relações capitalistas de produção. Isso justifica a perspectiva de Roberto Lobato Corrêa de que a rede urbana serve como um meio para facilitar a produção, a circulação e o consumo.

Q 4. A categoria de análise conhecida como “processo” pode ser caracterizada como uma ação contínua que se desenrola em direção a um resultado específico, envolvendo conceitos de tempo (continuidade) e mudança. Essa categoria envolve a observação da dinâmica social, das transformações, das interrupções e das continuidades. A utilização da categoria processo na análise da rede urbana implica reconhecê-la como uma realidade em constante evolução, em processo de estruturação ou reestruturação contínua. Isso enfatiza a importância de compreender a origem e o desenvolvimento da rede urbana, pois, sem esse conhecimento, não é possível compreender o seu funcionamento no presente. De acordo com Roberto Lobato Corrêa, o processo fundamental que permeia a rede urbana é a criação, apropriação e circulação do valor excedente.

Q 5. A terceira categoria de análise da rede urbana é a “função” que, segundo Milton Santos, se refere a uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. A tentativa de classificar as cidades com base nas funções que desempenham dentro da rede urbana é uma abordagem clássica de pesquisa. Nesse contexto, os centros urbanos são agrupados conforme as respectivas características essenciais, levando em consideração as funções urbanas, bem como os fatores de natureza social, econômica e política.

Q 6. A quarta categoria de análise da rede urbana é a “forma”, que se refere ao aspecto visível de algo, ou seja, à disposição particular de objetos. Roberto Lobato Corrêa identifica duas formas diferentes de rede urbana: a rede urbana dendrítica, que representa a forma mais simples da rede urbana e tem raízes coloniais; e a rede urbana complexa, caracterizada por um padrão locacional multifacetado dos centros, que podem estar localizados próximos a rios, na confluência de regiões diferentes ou espalhados em vastas planícies, resultado de um longo e diversificado processo de desenvolvimento e reconfiguração de atividades produtivas.

Q 7. A análise da rede urbana por meio de suas categorias (estrutura, processo, função e forma) somente é viável porque a rede urbana está intrinsecamente ligada à dinâmica espacial. Portanto, quando se discute a rede urbana, aborda-se o espaço. Esse espaço é de natureza social e manifesta-se como parte integrante da sociedade como um todo. É um espaço entendido como uma dimensão da sociedade que mantém uma relação dialética com ela, sendo simultaneamente uma parte inseparável e possuindo certa singularidade dentro desse contexto. Assim, compreender a concepção de espaço é essencial como um pré-requisito para compreender a natureza da rede urbana. O espaço é considerado um fenômeno social, pois representa uma realidade objetiva que surge como resultado das interações historicamente estabelecidas entre os indivíduos. Isso ajuda a entender por que as redes urbanas mais densamente conectadas têm a propensão de aumentar a própria densidade e centralidade em comparação com outras redes urbanas menos densas, que geralmente têm menos dinamismo econômico e, conseqüentemente, menor diversidade de centros hierárquicos. As redes urbanas mais densas, que atuam como espaços de comando, tendem a se adaptar e a responder rapidamente às mudanças nas dinâmicas de produção, circulação e consumo. Enquanto isso, as redes urbanas menos densas, que funcionam como espaços de execução, enfrentam desafios maiores para se ajustar às novas lógicas de mercado e, por essa razão, muitas vezes permanecem sob o controle de agentes externos.

Q 8. A rede urbana é uma realidade inerentemente espacial, compartilhando a mesma natureza do espaço do qual é uma parte inseparável. A rede urbana é, em essência, uma coleção de sistemas de objetos, sendo em si mesma um sistema abrangente, especialmente quando considerados os centros urbanos como componentes desse sistema. No entanto, a significância desse sistema de objetos somente se manifesta plenamente quando é ativado por sistemas de ações. Em outras palavras, a rede de cidades existe em decorrência das funções desempenhadas pelos centros urbanos, pelas atividades que eles abrigam e pela ação de agentes concretos, tais como empresas, entidades governamentais, movimentos sociais, entre outros. Em suma, a vitalidade da rede urbana é intrinsecamente ligada à dinâmica social que a preenche. Portanto, examinar a rede urbana significa não apenas abordar suas configurações físicas, mas também compreender suas relações e atividades subjacentes. A rede urbana está intrinsecamente ligada ao conceito de conexão e articulação, o que enfatiza a importância de entender profundamente as maneiras pelas quais os centros urbanos interagem entre si, como um passo crucial para compreender a verdadeira natureza dialética.

Q 9. Na sociedade capitalista contemporânea, as cidades estão se tornando cada vez mais centros cruciais de conexões e interações de diversas naturezas, que vão desde as relações puramente sociais até aquelas intimamente ligadas às atividades econômicas. Essa observação enfatiza a importância da análise das interações entre cidades para a compreensão de processos que abrangem diversas ordens e escalas, desde os que dizem respeito ao espaço interno da cidade até aqueles de alcance global. Para isso, é preciso

compreender o conceito de interação espacial. Segundo Roberto Lobato Corrêa, as interações espaciais representam um vasto e intrincado conjunto de movimentos que envolvem pessoas, mercadorias, capital e informações através do espaço geográfico. Essas interações podem variar em intensidade, dependendo da frequência com que ocorrem, podendo assumir diferentes propósitos, características de acordo com a distância e direção envolvidas e se concretizar por meio de diversos métodos e velocidades. É possível identificar tendências gerais nas interações espaciais ao examinar as redes geográficas. Roberto Lobato Corrêa propõe uma tipologia para categorizar os padrões de interações espaciais com base nas redes geográficas, composta por cinco tipos. É importante ressaltar que esses modelos são conceitos gerais que, embora sejam derivados de situações reais, não podem capturar integralmente a riqueza e a complexidade da realidade socioespacial. No entanto, eles servem como ferramentas eficazes para nos aproximar dessa complexidade do mundo real.

Q 10. À medida que a urbanização avança, mais pessoas se mudam para as cidades, aumentando a população urbana. Isso, por sua vez, impulsiona o crescimento econômico e a diversificação das atividades urbanas. O crescimento das cidades, resultante da urbanização, leva à formação de novos centros urbanos e à expansão dos existentes, o que contribui para a constituição de redes urbanas mais complexas. As cidades, em uma rede urbana, muitas vezes desempenham funções complementares, como centros industriais, comerciais, educacionais e culturais. Elas trocam bens, serviços e recursos uns com os outros, fortalecendo a interdependência econômica. O desenvolvimento das infraestruturas de transporte, comunicação e logística é fundamental para facilitar a interconexão entre as cidades em uma rede urbana. As redes urbanas podem ter um impacto significativo na distribuição regional de empregos e recursos, influenciando a qualidade de vida, o acesso a serviços, bem como a dinâmica econômica nas áreas urbanas e rurais circundantes. Assim, o processo de urbanização contribui para a formação e para o desenvolvimento das redes urbanas, enquanto as redes urbanas, por sua vez, moldam a dinâmica econômica e social das áreas urbanas em uma região ou em um país. Ambos os fenômenos estão intrinsecamente ligados e têm um papel importante no funcionamento das sociedades contemporâneas.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- CORRÊA, R., L. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R., L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R., L.; GOMES, P., C. da C. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, R., L. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. In: CORRÊA, R., L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2008b.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008c.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Geografia****Questão 2**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. O Brasil é um país com uma rica diversidade de biomas, e a água varia significativamente em cada um deles, afetando o acesso a ela nos principais biomas brasileiros. Por exemplo, o bioma Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, tem uma grande quantidade de recursos hídricos, incluindo rios como o Amazonas. Nessa região, a disponibilidade de água é relativamente alta, no entanto o acesso à água potável pode ser um desafio em algumas áreas remotas da Amazônia em razão da falta de infraestrutura de saneamento básico.

Q 2. O cerrado é uma savana tropical que abriga importantes aquíferos, como o aquífero Guarani. Portanto, a disponibilidade de água é geralmente boa na região. Por outro lado, a pressão crescente de atividades agrícolas e de mineração pode levar à degradação da qualidade da água. O pantanal, a maior planície alagável do mundo, é caracterizado por áreas úmidas e rios sazonais. Apesar de a água ser abundante na região, o acesso à água potável pode ser um desafio para as comunidades isoladas do pantanal por causa da falta de infraestrutura. A caatinga é um bioma semiárido, que enfrenta condições climáticas adversas com escassez de chuva. A disponibilidade de água é limitada, sendo os períodos de estiagem um desafio crônico na caatinga, afetando o acesso à água potável e a disponibilidade para a agricultura e a pecuária. A mata atlântica, bioma costeiro e florestal, possui rios e córregos importantes. A disponibilidade de água é relativamente boa em muitas áreas, no entanto a urbanização intensa e a degradação ambiental podem afetar a qualidade da água em algumas regiões. O pampa é um bioma de campos sulinos, com disponibilidade de água podendo variar a depender das condições climáticas. A gestão sustentável da água é essencial em razão da agricultura e da pecuária na região. Já os manguezais estão presentes em várias regiões costeiras do Brasil, sendo ecossistemas costeiros críticos que servem como berçário para a vida marinha e, portanto, a qualidade da água é vital. A degradação dos manguezais e a poluição costeira afetam diretamente a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas.

Q 3. A água é essencial para uma variedade de usos em todo o mundo, inclusive no Brasil. Ela desempenha um papel crucial em diferentes setores e áreas da vida, incluindo o urbano, agrícola, industrial, rural e doméstico. Nas áreas urbanas, a água é fornecida para consumo humano por meio de sistemas de abastecimento de água tratada. Isso inclui água para beber, cozinhar, tomar banho e fins domésticos em geral. A água também é usada para descarga de resíduos humanos e para operar sistemas de esgoto e tratamento de águas residuais nas cidades. A agricultura é um grande consumidor de água. A água é utilizada na irrigação de culturas, permitindo o crescimento de safras e a produção de alimentos em larga escala. Também é necessária para a criação de animais, como gado, aves e aquicultura. Nas áreas rurais, as pessoas dependem da água para suas necessidades diárias, incluindo irrigação de pequenas hortas, criação de animais e consumo doméstico, sendo, muitas vezes, obtida de poços, nascentes, rios ou represas locais. A indústria utiliza água em uma variedade de processos, desde a produção de energia até a fabricação de produtos químicos, aço, papel e muito mais. A água é frequentemente usada para baixar a temperatura de instalações industriais, dissipando o calor gerado pelos processos. O uso doméstico inclui banho, lavagem de roupas, lavagem de pratos e outros

fins cotidianos. Normalmente, a água potável é distribuída por meio de sistemas de abastecimento público ou poços particulares.

Q 4. Muitos dos recursos hídricos do Brasil estão localizados em áreas menos densamente povoadas, como a região amazônica e o pantanal. Essas regiões possuem uma abundância de rios, lagos e aquíferos, que contribuem significativamente para o suprimento de água do País. Enquanto isso, as áreas mais densamente povoadas, como as grandes cidades, enfrentam uma demanda crescente por água em decorrência do aumento da urbanização e da população. Isso pode levar a desafios de abastecimento de água, especialmente durante períodos de seca ou estiagem. Além da desigualdade geográfica na disponibilidade de água, o Brasil também enfrenta problemas de desperdício de água e poluição em algumas áreas urbanas, o que afeta a qualidade da água e tornam necessárias medidas de tratamento e saneamento. Para lidar com esses desafios, o Brasil precisa de uma gestão eficaz e sustentável de recursos hídricos. Isso abrange a implementação de políticas de conservação, investimentos em infraestrutura de abastecimento de água e tratamento de esgoto, e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis para reduzir o uso excessivo de água. As mudanças do clima também podem agravar a desigualdade na distribuição de água, com eventos climáticos extremos, como secas mais intensas e prolongadas, afetando diferentes regiões de maneira desigual.

Q 5. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reconhece a água como direito humano, embora, somente em 2010, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, por meio da Resolução 62/92, declarou o direito à água potável e ao saneamento. No ano de 2015, a Organização das Nações Unidas reconheceu a água e o saneamento como direitos universais e, a partir das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os países têm até o ano de 2030 para avançar nesses objetivos. No caso do Brasil, a Lei Federal nº 9.433/1997 dispõe acerca da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), sendo a água entendida como “bem público, não passível de alienação, com valor econômico e a cobrança pelo uso da água é permitida” (BRASIL, 1997, art. 1º), ou seja, o direito ao acesso à água ainda é frágil do ponto de vista legislativo no País, comprometendo assim garantia e universalização.

Q 6. O acesso à água potável é um direito fundamental e uma prioridade global, e muitos esforços são feitos para garantir que todas as pessoas tenham acesso a água limpa e segura para as necessidades básicas. Além disso, a gestão sustentável da água é essencial para preservar os recursos hídricos naturais, equilibrar a demanda crescente e proteger os ecossistemas aquáticos. Isso é particularmente importante em um país como o Brasil, que possui uma vasta gama de biomas e desafios relacionados à água em diferentes regiões. Nas áreas rurais, o acesso à água, muitas vezes, acaba comprometido pela falta de infraestrutura de captação e distribuição, afetando a segurança hídrica e alimentar, já que grande parte dos agricultores também produz para o consumo das próprias famílias, dependendo dos recursos hídricos disponíveis.

Q 7. O Brasil possui uma das maiores disponibilidades de água doce do planeta, em razão de sua vasta extensão territorial e da presença de diversos biomas, como a Amazônia, o pantanal e a bacia do rio Paraná. A abundância de recursos hídricos no Brasil é um ativo valioso, mas também traz responsabilidades significativas para a gestão sustentável desses recursos. A preservação dos ecossistemas aquáticos, a promoção da eficiência hídrica e a garantia de acesso à água potável para a população são desafios cruciais para o País, especialmente em um contexto de mudanças do clima e pressões crescentes sobre os recursos hídricos. Portanto, a gestão responsável da água é essencial para manter a disponibilidade de água doce no Brasil e no mundo.

Q 8. A seguir, algumas das principais razões que tornam o Brasil relevante em relação às reservas de água. A maior parte da Amazônia está localizada no Brasil, abrigando uma rede complexa de rios, incluindo o rio Amazonas, o mais longo do mundo em termos de volume de água. A bacia amazônica é responsável por uma parcela significativa da água doce do planeta. O Brasil também possui importantes aquíferos, como o aquífero Guarani, um dos maiores sistemas de água subterrânea do mundo. Esses aquíferos fornecem água

para abastecimento humano, agricultura e indústria. O País é cruzado por várias bacias hidrográficas significativas, como as dos rios Paraná, São Francisco, Tocantins e outros. Esses rios desempenham um papel crucial na oferta de água para abastecimento, irrigação agrícola e geração de energia. Além das grandes quantidades de água doce, o Brasil é rico em recursos aquáticos, como peixes e biodiversidade aquática, que desempenham um papel importante na segurança alimentar e na biodiversidade global.

Q 9. A crise hídrica global intensifica-se por conflitos de usos múltiplos e pela crescente demanda nas últimas décadas. A crise global dos recursos hídricos é uma questão crítica que afeta a segurança hídrica, o meio ambiente e o bem-estar humano em todo o mundo. Para abordar essa crise e garantir o acesso sustentável à água no futuro, é necessário adotar uma abordagem holística e implementar uma série de soluções.

Q 10. A seguir, algumas possíveis soluções abarcando a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), que significa implementar políticas e práticas de GIRH que considerem todas as fontes de água, incluindo rios, lagos, aquíferos e águas pluviais, para garantir um uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos: investimentos em conservação e eficiência hídrica a partir da promoção do uso eficiente da água em todos os setores, incluindo agricultura, indústria e uso doméstico; ações de reciclagem e reúso da água; proteção de ecossistemas aquáticos a partir da preservação e restauração de ecossistemas aquáticos, como rios, lagos e manguezais, que desempenham um papel fundamental na manutenção da qualidade e da disponibilidade da água; gestão de secas e inundações; investimento em infraestrutura hídrica; educação e conscientização; fomento à cooperação internacional para abordar questões transfronteiriças relacionadas à água, como gestão de bacias hidrográficas compartilhadas; e investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias avançadas para o tratamento de água, dessalinização, monitoramento da qualidade da água e eficiência hídrica. A abordagem para resolver a crise global dos recursos hídricos deve ser adaptada às condições locais e regionais, levando em consideração as necessidades específicas de cada comunidade. Além disso, é fundamental reconhecer a água como um recurso finito e precioso que requer ação coletiva e responsável de governos, do setor privado e da sociedade civil para garantir sua disponibilidade sustentável para as gerações futuras.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BOLDRINI, Eliane Beê; LACERDA, Liliane; CASSILHA, Murilo Fernandes. *Floresta, água e clima: boas práticas nos biomas brasileiros*. 2015.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica*. Editores: José Esteban Castro, Léo Heller, Maria da Piedade Morais. Brasília: Ipea, 2015. 322 p.

PAZ, Mariana Gutierrez Arteiro da *et al.* *Os conflitos das políticas da água e do esgotamento sanitário: que universalização buscamos?* Estudos Avançados, v. 35, p. 193-208, 2021.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Geografia política da água*. São Paulo: Annablume, 2008.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Geografia****Questão 3**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. Entre as importantes mudanças pelas quais o Brasil passou nos últimos 100 anos, destaca-se a revolução demográfica. No início do século XX, a esperança de vida no País não passava dos 33,5 anos de idade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ela atingiu mais de 73 anos em 2009 (76,5 para as mulheres e 69 anos para os homens). A proporção de idosos subiu de 9,1% em 1999 para 11,3% em 2009, compondo atualmente um contingente acima de 22 milhões de pessoas, superando a população de idosos de vários países europeus. O aumento da expectativa de vida tem sido mais impressionante entre idosos acima de 80 anos de idade.

Q 2. Em decorrência, a taxa bruta de mortalidade caiu de 6,60 em 1997 para 6,23 em 2009, conforme o IBGE. Enquanto crescem as proporções de idosos no quadro demográfico, o número crianças diminuiu.

Q 3. O envelhecimento populacional é ocasionado, sobretudo, pela queda da fecundidade, que leva a uma redução na proporção da população jovem e ao conseqüente aumento na proporção da população idosa. A redução da mortalidade infantil acarreta o rejuvenescimento da população graças a uma sobrevivência maior das crianças. Observa-se que o envelhecimento pelo topo foi mais expressivo entre as mulheres, dada a sua maior sobrevivência.

Q 4. A importância das cidades médias reside no fato de que elas possuem uma dinâmica econômica e demográfica própria, permitindo atender às expectativas de empreendedores e cidadãos, manifestados na qualidade de equipamentos urbanos e na prestação de serviços públicos, evitando as deseconomias das grandes cidades e metrópoles.

Q 5. As cidades médias ganham importância na economia nacional. Em vários aspectos, a análise dos dados mostra que as cidades médias têm um maior crescimento do que as outras cidades do Brasil. A tabela revela que as cidades médias aumentaram sua participação no produto interno bruto (PIB) nacional. Desde a década de 1970, as cidades médias têm desempenhado um papel importante na dinâmica econômica e espacial do País.

Q 6. A desconcentração da atividade industrial, o crescimento do setor de serviços, a expansão do agronegócio, a ocupação da fronteira agrícola e internacional, bem como o espraiamento urbano dos grandes centros são fatores que explicam o crescimento das cidades no interior do País.

Q 7. No século 21, esses espaços da migração intrametropolitana marcam as áreas periféricas como espaços de forte absorção migratória metropolitana em contraposição ao núcleo, os quais, por vezes, se caracterizam como áreas expulsoras de população em direção à periferia.

Q 8. A concomitância desse processo de desconcentração populacional na direção desses eixos espaciais tem contribuído para “expandir as fronteiras da dispersão populacional” (GOTTDIENER, 1993:14) no contexto nacional, com a configuração de espaços migratórios em metrópoles fora do sudeste e no interior dos estados. A atual forma de crescimento socioespacial metropolitana assiste à rápida expansão de outras áreas que não o município-sede da metrópole.

Q 9. A mobilidade da população entre os seus diferentes municípios é um bom indicador do grau de interação entre eles e, portanto, da densidade social, construído por meio dos vetores de expansão.

Q 10. Os dados recentes do Censo 2022 indicam que diversas cidades que são o centro de regiões metropolitanas perderam população, mas não é correto afirmar que todo o conjunto de municípios da região metropolitana perdeu população. Programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida, a expansão de condomínios fechados, a instalação de empresas e atividades de serviços, bem como a gentrificação são processos que explicam o crescimento das cidades nas periferias metropolitanas.

Referências

BAENINGER, Rosana Aparecida; PERES, Roberta Guimarães. *Metrópoles Brasileiras No Século 21: Evidências Do Censo Demográfico de 2010*. INFORME GEPEC, Toledo, v. 15, número especial, p. 634-648, 2011.

CAMARANO, Ana Amélia. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. Rio de Janeiro, IPEA, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia. KANSO, Solange. *Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados*. Rio de Janeiro, IPEA, 2009.

MINAYO, Maria Cecília. O envelhecimento da população brasileira e os desafios para o setor saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 28(2):208-209, fev, 2012.

MOTTA, Diana Meirelles da; MATA, Daniel da. Crescimento das cidades médias. Brasília, *Boletim de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, dez, 2008.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Geografia****Questão 4**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. O território do Brasil abriga uma diversidade de paisagens e ecossistemas tropicais, o que despertou a curiosidade de pesquisadores europeus ao longo da primeira metade do século XX. Esses estudiosos, acostumados a explorar regiões geograficamente menores e mais homogêneas em termos de vegetação, ficaram impressionados com a riqueza e a complexidade das paisagens encontradas no Brasil. Nesse contexto histórico, surgiram as primeiras universidades no Brasil, introduzindo abordagens de estudo mais precisas e alinhadas com as características geomorfológicas do território brasileiro. Isso marcou uma ruptura em relação à fase anterior de estudos predominantemente naturalistas e descritivos. A paisagem passou a ser investigada de forma mais profunda, com ênfase na compreensão das interações entre seus elementos e nos processos que a moldaram. No contexto das evoluções teóricas, o geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber introduziu o conceito de domínio morfoclimático e fitogeográfico, também conhecido como domínio morfoclimático, ou ainda, domínio paisagístico ou domínio de natureza. Esse conceito geográfico, minuciosamente elaborado, considera de maneira abrangente a estruturação coerente das características geográficas, incluindo os relevos e seus processos subjacentes.

Q 2. Ab'Saber conceitua o domínio morfoclimático e fitogeográfico como uma área geográfica de extensão significativa, que abrange centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados, caracterizada por uma organização coesa de características de relevo, tipos de solo, vegetação e condições climáticas e hidrológicas inter-relacionadas. Esses domínios se estruturam no território em uma área central de dimensões específicas e disposição particular, onde as condições fisiográficas e biogeográficas se combinam para criar um complexo unificado e expansivo. Isso ressalta os aspectos geomorfológicos e climáticos, levando em consideração as características distintas presentes em cada domínio. A abordagem proposta por Ab'Saber define seis domínios morfoclimáticos no Brasil: amazônico, caatinga, cerrado, araucárias, pradarias e mares de morros, além das zonas de transição. A exploração desses domínios morfoclimáticos está intrinsecamente ligada à análise das potencialidades regionais no Brasil e à compreensão das complexas estruturações resultantes de influências naturais e ações humanas.

Q 3. O domínio amazônico, a maior das seis unidades paisagísticas do Brasil, predomina na região Norte do País. Este domínio é caracterizado por um clima equatorial, com altas temperaturas, elevada umidade relativa do ar e chuvas frequentes. Sua paisagem é predominantemente ocupada pela Floresta Amazônica, maior floresta tropical do mundo, e inclui matas ciliares, igapós, igarapés e matas de terra firme, abrigando uma vasta biodiversidade. A hidrografia desse domínio é composta pelas bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia. O relevo é bastante diversificado, abrangendo áreas de planície e terras baixas amazônicas, bem como planaltos e depressões. Os solos, em sua maioria, são pobres em nutrientes e, em parte, apresentam características arenosas, o que contrasta com a exuberante vegetação da floresta tropical. No entanto, eles possuem uma camada de material orgânico depositado em sua superfície, o que contribui para a fertilização do solo e manutenção da floresta.

Q 4. A caatinga está localizada no sertão nordestino, região Nordeste do Brasil. Nessa área, prevalece um clima semiárido, caracterizado pela sazonalidade irregular das chuvas. O relevo é marcado pelas depressões sertaneja e do rio São Francisco, evidenciando uma significativa influência de processos erosivos na região. Os solos variam de acordo com a localização e com relevo, resultando em áreas com solos férteis e outras cobertas por solos com baixo teor de nutrientes e rochosos, o que limita o crescimento de vegetação densa e dificulta as atividades agrícolas. A vegetação típica desse domínio é a caatinga, composta por plantas adaptadas ao calor e aos longos períodos de estiagem. Em decorrência do regime pluviométrico, muitos dos rios na região são intermitentes, sendo o Rio São Francisco o principal curso d'água perene da área.

Q 5. O cerrado apresenta um clima predominantemente tropical, caracterizado pela alternância entre uma estação seca e outra chuvosa, o que se reflete diretamente em sua vegetação, que é formada de cerrados e cerradões e varia desde gramíneas, arbustos e árvores de pequeno porte, originando campos e savanas, até árvores de grande porte e densas formações florestais. O relevo do cerrado é caracterizado pela presença de planaltos, chapadas e depressões. Os solos encontrados nesse domínio geralmente carecem de nutrientes, resultando em baixa fertilidade natural. O cerrado é considerado o “berço das águas”, pois nele nascem os rios que formam as principais bacias hidrográficas do continente sul-americano.

Q 6. O domínio das araucárias abrange o Sul do Brasil e é caracterizado por um clima subtropical com variações sazonais de temperatura e uma grande amplitude térmica, acompanhadas de precipitações anuais bem distribuídas. A maior parte desse domínio é coberta por matas de araucárias, cujo crescimento é favorecido não apenas pelas condições climáticas, mas também pelos solos altamente férteis, conhecidos como “terra roxa”, que são latossolos avermelhados formados a partir da decomposição do basalto. O relevo é predominantemente composto por áreas elevadas, que formam planaltos e chapadas, apresentando variações que vão desde terrenos suavemente ondulados até encostas íngremes. Os cursos d'água, em sua maioria, são perenes em função da regularidade na distribuição das chuvas.

Q7. O domínio das pradarias engloba uma região conhecida como Campanha Gaúcha ou região das campinas ou ainda campos sulinos, que está sujeita a um clima subtropical caracterizado por temperaturas amenas a frias e um curto período de estiagem no verão, além de uma elevada amplitude térmica. A vegetação predominante consiste principalmente de gramíneas, com arbustos e árvores dispersas. O domínio das pradarias ocorre principalmente nas áreas de relevo com menor altitude, como nas planícies, e apresenta suaves ondulações e áreas planas conhecidas como “coxilhas”. Trata-se de uma região com solos geralmente férteis, frequentemente rasos e altamente propícios para atividades agrícolas. A rede hidrográfica na região é perene, embora com densidade e volume hídrico geralmente menores em comparação com o domínio das araucárias. Os cursos d'água possuem calhas largas, seguindo canais em formato de meandros, frequentemente com a presença de coroas arenosas.

Q 8. O domínio dos mares de morros abrange todo o litoral leste do Brasil, desde a região Nordeste até o Sul. A característica proeminente desse domínio é a presença de conjuntos de morros arredondados que dominam grande parte de sua extensão. Além dessas formas de relevo, também se destacam as planícies litorâneas, que são áreas de baixa altitude, e as serras, juntamente com formas residuais. Os climas nessa região variam de acordo com a latitude, indo desde o tropical quente e úmido até o subtropical. Nos estados da região Sudeste, também ocorrem climas tropical e subtropical de altitude nas áreas mais elevadas. Esse domínio apresenta um contínuo de florestas, hoje intensamente devastado, formado pela mata atlântica, com uma diversidade de paisagens, incluindo florestas, campos e vegetação litorânea. Possui um sistema de drenagem bem desenvolvido, potencializado pelo relevo acidentado da região.

Q 9. Dentro das áreas centrais dos domínios morfoclimáticos, encontram-se regiões de transição e de contato conhecidas como faixas de transição. Essas faixas de transição, por sua localização, apresentam características físicas e climáticas que se assemelham às dos domínios geográficos adjacentes. No Brasil,

algumas das principais faixas de transição incluem: mata dos cocais, agreste e pantanal. Essas faixas de transição desempenham papel fundamental na compreensão da diversidade geográfica do Brasil, pois representam áreas onde diferentes ecossistemas se encontram e interagem, resultando em características únicas. Elas também são de grande importância para estudos ambientais e de conservação, pois abrigam uma mistura de espécies e influências ecológicas originadas dos domínios vizinhos.

Q 10. Em todos os domínios morfoclimáticos do Brasil, são identificados problemas ambientais. O principal impacto, responsável por danos nos domínios amazônico, do cerrado e das pradarias, está relacionado com a expansão da produção agropecuária, que envolve a abertura de novas áreas para o cultivo de *commodities*, como a soja, e a criação extensiva de gado. No domínio das pradarias, observa-se um processo de arenização dos solos, causado pela remoção da vegetação natural para a agricultura em larga escala. Na caatinga, o desmatamento avança em razão da extração de recursos utilizados na produção de lenha e carvão vegetal, das atividades agropecuárias. Esse domínio também enfrenta ameaças significativas de desertificação. Por sua vez, nos domínios das araucárias e dos mares de morro, os níveis de degradação são elevados e estão ligados à exploração de recursos destinados à indústria madeireira, além do crescimento das áreas urbanas. Esses desafios ambientais variados refletem a complexidade das interações entre a atividade antrópica e o meio ambiente, demandando ações de conservação, manejo sustentável e medidas para minimizar os impactos negativos sobre esses domínios.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

AB'SABER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AB'SABER, A. N. Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas do Brasil, 1967. *In*: MODENESI-GAUTTIERI, M. C.;

BARTORELLI, A.; MANTESSO-NETO, V.; CARNEIRO, C. dal R.; LISBOA, M. B. de A. L. (org.). *A obra de Aziz Nacib Ab'Saber*. São Paulo: Beca-Ball, 2010.

ROSS, J. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Política Internacional****Questão 1**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Tenciona-se que, no primeiro item, o candidato disserte a respeito do arcabouço institucional que antecedeu a adoção da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e, em seguida, explique as propostas dessa resolução. Inicialmente, é preciso tratar das quatro Conferências Mundiais sobre as Mulheres, sediadas, respectivamente, na Cidade do México (1975), em Copenhague (1980), Nairóbi (1985) e Pequim (1995), as quais contribuíram para a conscientização acerca do assunto e o combate à desigualdade de gênero, discutindo temas como os incentivos à paz, o desarmamento, a violência sexual como arma de guerra, a participação política, entre outros. Em geral, essas conferências resultaram na elaboração de documentos específicos, por exemplo, as Estratégias Orientadas ao Futuro para o Avanço das Mulheres (1985), bem como a Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação (1995), os últimos dois são marcos importantes no que diz respeito à vitimização das mulheres em conflitos armados e à participação delas como agentes de construção da paz. Em segundo lugar, faz-se necessário mencionar a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, na sigla em inglês), realizada em 1979, que se tornou um marco importante para proteger e promover os direitos das mulheres nas esferas públicas e privadas. Além disso, convém fazer menção à Declaração sobre a Participação das Mulheres na Promoção da Paz Internacional e da Cooperação, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 1982, na medida em que o documento foi precursor em lidar com questões de gênero e missões de paz, e à Declaração e Programa de Ação de Viena e à Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, adotadas em 1993, as quais avançaram na proteção dos direitos humanos das mulheres. Por fim, no ano de 2000, deve-se tratar da Declaração e do Plano de Ação de Windhoek, que recomendaram a participação feminina em todos os níveis das missões de paz, desde a negociação de acordos até a comunicação social. Em outubro desse mesmo ano, a Resolução 1325 (2000) foi aprovada, por unanimidade, pelo CSNU, e todo o processo negociador contou, em grande medida, com o protagonismo de países em desenvolvimento, como a Namíbia, Bangladesh, Jamaica e Mali.

Ainda no primeiro item, o candidato deve identificar pelo menos três propostas – às vezes denominadas três pilares – da Resolução 1325 (2000). A primeira delas é a necessidade de promover a participação feminina em todos os níveis do processo decisório (nacional, regional ou internacional) e em diversas funções, desde a prevenção de conflitos até a negociação da paz ou o engajamento em missões de paz, contribuindo para o estabelecimento de uma governança inclusiva. A segunda é a proteção de mulheres e meninas contra a violência sexual e de gênero, particularmente em situações de crise e de conflito, tanto nos campos de refugiados quanto na formação e no treinamento do pessoal (militares e civis) envolvido em operações de paz. A terceira é a prevenção contra a violência sexual e a promoção dos direitos femininos, com a punição dos responsáveis por crimes que violam o direito humanitário internacional e a garantia da segurança jurídica às mulheres no âmbito das legislações nacionais e com o apoio de outras iniciativas locais ou multilaterais.

No segundo item, o candidato deve, primeiramente, argumentar a respeito da obrigatoriedade de incorporar a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS), instituída a partir da Resolução 1325 (2000), a todos os mandatos de missões de paz no século XXI. Das dez novas missões aprovadas desde a adoção dessa

resolução, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (Minusca, na sigla em inglês), a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (Unmiss, na sigla em inglês) e a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (Minusma) são as que mais incorporaram itens da agenda “MPS”, com destaque para o aumento da participação feminina como *peacekeepers* e a proteção das mulheres e meninas contra a violência sexual. Em segundo lugar, é preciso discorrer acerca das novas práticas voltadas para a implementação dessa agenda, as quais surgiram nas missões onusianas, como a criação da função de conselheiros ou assessores militares de gênero, dos pontos focais de gênero e das Equipes de Engajamento Feminino (FET, na sigla em inglês). Especificamente no tocante à última prática, a composição de equipes formadas por profissionais diversas (médicas, psicólogas, militares, entre outras) contribuiu para a criação de confiança e a assistência à população feminina local, desde o apoio à saúde física e psicológica até o treinamento de mulheres locais militares e policiais. Por fim, o candidato deve ressaltar que as unidades femininas estabelecidas pelas novas práticas estão normalmente vinculadas à liderança da missão de paz e fornecem apoio a todos os setores dessa missão para o desenvolvimento ou o monitoramento de estratégias que promovam a igualdade de gênero.

No terceiro item, o candidato precisa argumentar que não houve participação de mulheres brasileiras nas missões de paz até o início da década de 1990. A ausência de legislações inclusivas e a estrutura institucional das forças armadas e policiais – em particular, as políticas de ingresso ou de progressão ao longo da carreira –, entre outras razões, dificultaram a presença feminina nessas missões. Em 1992, duas sargentos da Polícia Militar de Minas Gerais foram as primeiras brasileiras a participarem de uma missão de paz, servindo na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem II, na sigla em inglês). Desde então, mais mulheres brasileiras passaram a atuar como *peacekeepers*, sobretudo militares, mas o número delas permaneceu proporcionalmente bastante inferior à participação masculina. Em grande medida, as variações no contingente feminino do Brasil em missões de paz estão associadas à Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah, na sigla em inglês). Esse contingente aumentou significativamente após o terremoto no país caribenho, em 2010, e se manteve elevado até 2017, quando passou a diminuir justamente por causa do encerramento da Minustah.

Finalmente, no quarto item, o candidato deve, em princípio, explicar que o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança internaliza, formalmente, as obrigações internacionais contraídas pelo Brasil no âmbito da agenda MPS. O plano foi lançado em 8 de março de 2017, renovado em 29 de março de 2019 e estabeleceu quatro pilares de atividades: (1) participação, com o propósito de aumentar a presença e a qualificação de mulheres brasileiras em questões relacionadas com a paz e a segurança; (2) prevenção e proteção, cuja finalidade é assegurar os direitos das mulheres e meninas e combater as violências sexuais e baseadas no gênero antes, durante e depois de conflitos armados; (3) consolidação da paz e cooperação humanitária, que propõem a priorização do enfoque de gênero nas ações cooperativas, nos processos decisórios e na construção/recuperação da paz ou na reconstrução pós-conflito; e (4) aprofundamento, sensibilização e engajamento, com o objetivo de promover maior envolvimento da sociedade civil em relação à agenda acerca de mulheres, paz e segurança, incluindo a disseminação de conhecimentos relacionados ao assunto. Cada pilar contém um conjunto de objetivos, atividades esperadas, instituições responsáveis e outras organizações participantes. Para concluir, o candidato precisa comentar a respeito dos dois objetivos estratégicos que perpassam todas as metas e atividades previstas no plano, que são: (a) a transversalização de gênero, isto é, a necessidade de considerar os diferentes interesses, experiências e impactos das relações de gênero na elaboração, na implementação e no monitoramento de políticas e programas; e (b) o empoderamento de mulheres e meninas como agentes promotoras da paz duradoura. Ambos os objetivos convergem para a adoção de uma perspectiva inclusiva e sustentável na promoção da paz e da segurança internacionais.

Quesitos de pontuação

Q 1. Apresentação das Conferências sobre as Mulheres, da CEDAW, da Declaração e do Plano de Ação de Windhoek e de outras iniciativas adotadas no âmbito das Nações Unidas.

Q 2. Identificação de, pelo menos, três propostas da Resolução 1325 (2000).

Q 3. Reconhecimento da obrigatoriedade de incorporação da agenda MPS a todos os mandatos de missões de paz.

Q 4. Explicação das novas práticas instituídas nas missões de paz para a implementação da agenda MPS.

Q 5. Compreensão do vínculo direto entre as unidades de gênero e a liderança política da missão de paz.

Q 6. Explicação a respeito da ausência da participação de mulheres brasileiras em missões de paz entre 1947 e 1992.

Q 7. Conhecimento acerca da relação existente entre a participação de mulheres brasileiras em missões de paz e a Minustah.

Q 8. Identificação do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança como um instrumento de internalização da agenda MPS no Brasil.

Q 9. Explicação dos quatro pilares de atividades do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Q 10. Identificação de duas estratégias centrais do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança para a realização dos objetivos e atividades previstos.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

BALBINO, V. R. *Terá a paz rosto de mulher?* Uma perspectiva brasileira para os 20 anos da agenda de mulheres, paz e segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2022.

MORAIS, D. Mulheres, paz e segurança: os planos nacionais de ação e a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Nação e Defesa*, dez. 2020, p. 9-27.

DRUMOND, P.; REBELO, T. *Implementando a agenda sobre “Mulheres, paz e segurança” no Brasil: uma revisão do Plano Nacional de Ação*. Artigo Estratégico 31. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, mar. 2018. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-07-AE-31_Plano-Nacional-Mulheres-web.pdf>. Acesso em: 6 set. 2023.

OAKES, R. F.; KYRILLOS, G. M.; FLORIO, B. P. Normativas internacionais de gênero: agenda mulheres, paz e segurança e o caso brasileiro. *Revista Feminismos*, v. 11, n. 1, jan./jun. 2013, p. 1-27.

HAMANN, E.; GIANNINI, R.; PEREIRA, P. A. *Mulheres brasileiras em missões de paz: a coragem em dados e relatos*. Artigo Estratégico 44. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, dez. 2019. Disponível: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-23-AE44_mulheres-brasileiras-em-missoes-onu.pdf>. Acesso em: 6 set. 2023.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Política Internacional****Questão 2**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

O candidato deverá discorrer inicialmente acerca da relação entre as mudanças do clima, o aquecimento global e a aceleração do derretimento das calotas polares, mencionando a tendência observada de aquecimento mais acelerado no Ártico e na Antártica e, de forma ainda mais pronunciada, naquele do que no resto do planeta. Região historicamente caracterizada como inóspita e de difícil acesso em função, sobretudo, das baixas médias de temperaturas e da amplitude da cobertura de gelo – o que dificulta o estabelecimento de presença humana e o transporte terrestre ou marítimo –, a redução da cobertura de gelo no Círculo Ártico, causada pelo aquecimento global, passa a ser mais convidativa para atividades econômicas e reacende os interesses geopolíticos dos países árticos, mas não somente deles. A matéria motivadora oferece suficientes pistas, cabendo ao candidato explorar e desenvolver os argumentos.

Nesse sentido, espera-se, relativamente ao primeiro tópico, que o candidato identifique, como uma das principais consequências desse conjunto de fenômenos climáticos, a abertura de rotas de navegação marítimas, antes inacessíveis ao longo de todo o ano em razão da espessura do gelo no oceano Ártico. Destacam-se, em particular, a Rota Nordeste (ou “do Norte”) (Rússia/Noruega/Islândia) e a Passagem Noroeste (Canadá/Estados Unidos da América – EUA), especialmente no inverno do Hemisfério Norte, mas cada vez mais possível durante o ano todo, dispensando mesmo a utilização dos custosos navios “quebra-gelo”. Ao encurtar a conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico pelo norte do planeta, passa a existir potencial para gerar economia considerável no transporte e no escoamento de mercadorias entre os principais mercados exportadores e importadores (EUA, Europa e China). Detecta-se, dessa forma, possibilidade de redução no trânsito de embarcações pelos principais pontos de passagem do transporte marítimo internacional (Canal de Suez, Canal do Panamá e estreito de Malaca).

Ainda a respeito dos aspectos econômicos do derretimento da cobertura de gelo no Círculo Polar Ártico, no contexto do tópico b, espera-se que o candidato refira-se à exploração de hidrocarbonetos (petróleo – estimado em 90 bilhões de barris em reservas – e gás – 44 bilhões de barris) e outros minerais como ouro, zinco, níquel e ferro, presentes especialmente no solo do oceano Ártico. Isto é, as oportunidades de exploração econômicas abertas como consequência das mudanças do clima e do aquecimento global poderão, elas mesmas, em razão das emissões de gás carbônico resultantes da maior disponibilidade de combustíveis fósseis, contribuir no agravamento da crise climática, precipitando um perigoso ciclo vicioso.

Referente ao tópico b, o candidato deverá caracterizar o Círculo Polar Ártico, como espaço geopolítico próprio, cuja importância tem recrudescido por causa da maior acessibilidade causada pela aceleração do derretimento das calotas polares. Foi no decorrer da Guerra Fria que se verificou o ápice da importância estratégica da região por causa da confrontação sistêmica de dois poderosos Estados árticos (União Soviética e EUA). Nesse contexto, deverá ser observado que a Rússia é de longe o maior país ártico, enquanto a exposição dos EUA ao Círculo Polar Ártico se restringe ao estado do Alasca.

São os fenômenos climáticos e as respectivas repercussões econômicas que aguçaram novas tensões, dessa vez, entre EUA (e seu conjunto de aliados da Otan) e a Rússia (sucedânea da URSS) no Círculo Polar Ártico. Essa é a dinâmica que o candidato deverá apontar, aludindo à recente militarização da presença dos Estados árticos na região. O acirramento da competição geopolítica poderá acentuar, inclusive, os litígios territoriais e pelo controle de espaços marítimos no Ártico, que permaneciam dormentes ou irresolvidos. Deverá também contextualizar a guerra na Ucrânia como variável, opondo a Rússia aos demais países árticos, todos do campo geopolítico ocidental. Entretanto, o interesse reavivado na região, especialmente quanto à dimensão econômica, tem capturado a atenção de países não árticos, a exemplo da China, da Índia e do Reino Unido. Considerações relacionadas à expansão da aliança transatlântica no contexto da guerra entre Rússia e Ucrânia – abrangendo Finlândia e Suécia, antes formalmente neutras – são adequadas na resposta ao tópico.

O candidato não deverá furtar-se de mencionar o Conselho do Ártico, o espaço diplomático institucional criado em 1996 para fomentar a cooperação entre os países árticos (EUA, Canadá, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Islândia e Rússia), para avançar pesquisas científicas e para atuar em favor da preservação do meio ambiente. Poderá argumentar o sucesso relativo do Conselho em compartimentar o enfrentamento geopolítico mais amplos em favor da cooperação. Foi o que aconteceu em 2014 quando da ocupação da Crimeia pela Federação Russa. A guerra na Ucrânia, no entanto, obstaculizou trabalhos do mecanismo, que, durante a Presidência de turno russa, estiveram virtualmente paralisados. O candidato poderá expor a ambivalência não resolvida até o momento entre os estímulos à cooperação embutidos no Conselho do Ártico ou o incremento das rivalidades geopolíticas em um contexto internacional turbulento.

Referências

- BUCHANAN, Elizabeth. *Red Arctic. Russian Strategy under Putin*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2023.
- BURKE, Danita Catherine. *Diplomacy and the Arctic Council*. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 2019.
- GREAVES, Wilfrid & LACKENBAUER, P. Whitney. *Breaking Through. Understanding Sovereignty and Security in the Circumpolar Arctic*. Toronto, Buffalo & London, 2021.
- LE MIÈRE, Christian & MAZO, Jeffrey. *Arctic Opening. Insecurity and Opportunity*. London: International Institute for Strategic Studies, 2013.
- MARSHALL, Tim. *Prisoners of Geography*. London: Elliot & Thompson, 2015.
- SPOHR, Kristina & HAMILTON, Daniel (orgs.) *The Arctic and World Order*. Washington, DC: Johns Hopkins University, 2020.
- YERGIN, Daniel. *The Quest. Energy, Security, and the Remaking of the Modern World*. New York, Penguin Books, 2011.

Quesitos de pontuação

Q 1. Apontar conexão entre as mudanças do clima, o aquecimento global e o derretimento das calotas polares como fatores responsáveis pelo recrudescimento do interesse no Ártico.

Q 2. Comentar redesenho das rotas de navegação marítima internacionais pela utilização da Rota do Norte e Passagem do Nordeste.

Q 3. Indicar possibilidades de exploração de recursos minerais de regiões antes cobertas por gelo no Ártico (petróleo, gás, ouro, ferro, níquel e outros minerais).

Q 4. Considerar que a possibilidade de descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos poderá agravar a crise climática.

Q 5. Identificar o Círculo Polar Ártico como espaço geopolítico próprio, cuja importância atingiu seu ápice durante a Guerra Fria.

Q 6. Demonstrar que a competição estratégica entre grandes potências, particularmente entre Rússia e EUA, acompanha recrudescimento do interesse econômico no Ártico.

Q 7. Apontar o crescente interesse de potências não árticas na região, especialmente da China.

Q 8. Argumentar que a guerra na Ucrânia é um fator complicador na administração do relacionamento entre a Rússia e os demais países árticos.

Q 9. Demonstrar conhecimento acerca do Conselho do Ártico como espaço diplomático e institucional para fomentar a cooperação entre os membros e avançar pesquisas científicas sobre a região.

Q 10. Apresentar questionamento a respeito do Ártico como nova fronteira geopolítica a ser vocacionada para a competição geopolítica (entre Rússia e Ocidente) ou para a cooperação (Conselho do Ártico).

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Política Internacional****Questão 3**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

No primeiro item, o candidato deve identificar que a Convenção de Budapeste é um tratado internacional adotado pelo Conselho da Europa, em 23 de novembro de 2001, com a finalidade de fortalecer e harmonizar a legislação nacional dos Estados-membros, relacionada com o combate ao crime cibernético, e de promover a cooperação internacional para enfrentar as atividades criminosas em sistemas informáticos, redes e dados de computadores. Não obstante a convenção tenha sido concebida no âmbito europeu, países de outras regiões passaram a aderir a esse tratado, a exemplo dos Estados Unidos da América, do Japão, da Austrália, da Argentina, do Chile, entre outros, e agora, também do Brasil. Ainda no primeiro item, o candidato deve demonstrar que conhece o conteúdo da referida convenção, especificamente as medidas indicadas para as jurisdições nacionais, tanto em termos de direito penal quanto de direito processual, para tipificar os crimes cibernéticos (por exemplo, crime informático, crimes contra a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados e sistemas de computador, crimes relacionados ao conteúdo da informação etc.), e os princípios gerais da cooperação internacional (extradição e assistência mútua na falta de acordos internacionais aplicáveis). E, por fim, é preciso mencionar os dois protocolos adicionais à Convenção de Budapeste: o primeiro deles referente à criminalização de atos de natureza racista e xenofóbica, cometidos por meio de sistemas de computador, e o segundo acerca do reforço da cooperação e da divulgação de provas eletrônicas, ambos assinados em Estrasburgo, respectivamente, em 2003 e 2022.

Já no segundo item, primeiramente, o candidato deve esclarecer que o Brasil defende um modelo multissetorial, à semelhança daquele adotado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e em consonância com a Agenda de Túnis, para a governança global da internet. Em segundo lugar, é necessário explicar que o governo brasileiro pauta a atuação externa em torno de princípios como a neutralidade da rede, a proteção da privacidade, a liberdade de expressão e de conteúdo, entre outros que constam no Marco Civil da Internet. E, finalmente, o Brasil busca exercer a liderança nessa governança, propondo temas e iniciativas para as discussões, como o problema da representação assimétrica, desproporcional e desequilibrada entre os setores (em nível estatal ou não estatal), relacionados com a internet, e a apresentação, em conjunto com a Alemanha, de um projeto contra a espionagem na Assembleia Geral das Nações Unidas, após o caso Snowden em 2013.

No terceiro item, o candidato precisa reconhecer que a dimensão internacional e parcerias estratégicas é apresentada como um dos eixos transformadores da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber). Em seguida, convém ressaltar que o fortalecimento da atuação brasileira em segurança cibernética no cenário internacional é um dos objetivos estratégicos da E-Ciber. Além disso, essa estratégia também propõe, como ação estratégica, a ampliação da cooperação internacional do Brasil em segurança cibernética com o maior número de países, de forma transparente, e em respeito à tradição diplomática brasileira consagrada nos princípios constitucionais. Essa ação estratégica cooperativa envolve um conjunto de medidas: o estímulo à cooperação internacional e aos acordos de cooperação em cibernética; o incentivo a discussões a respeito do assunto em fóruns multilaterais dos quais o País participa; a intensificação das relações com países latino-americanos; a promoção de eventos e exercícios internacionais; o uso de mecanismos internacionais de

combate aos crimes cibernéticos; o estímulo à participação brasileira na definição da estrutura normativa futura relacionada com a criação de padrões de segurança em tecnologias emergentes (sobretudo, redes de comunicação 5G, inteligência artificial e internet das coisas), entre outras.

Em conclusão, no terceiro item, é desejável que o candidato, em princípio, estabeleça uma relação entre a adesão brasileira à Convenção de Budapeste, a posição do País em relação à governança global da internet e as ações e iniciativas diplomáticas previstas na E-Ciber. Essa convenção representa um dos tratados multilaterais mais abrangentes para o combate aos crimes cibernéticos, de modo que o Brasil pode contribuir para a elaboração de normas internacionais e buscar exercer a liderança em uma das áreas da governança global da internet. Além disso, o documento também amplia as possibilidades de cooperação internacional, incluindo a de celebração de acordos com outros países e as trocas de informações no enfrentamento de atos ilícitos praticados no espaço cibernético. Para concluir, a Convenção de Budapeste ainda permite a adequação das legislações brasileiras a legislações adotadas internacionalmente, o que facilitaria a padronização de conceitos e da tipificação de crimes, a obtenção de provas eletrônicas para as investigações criminais, entre outros aspectos.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 10.222**, de 5 de fevereiro de 2020. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10222.htm>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.491**, de 12 de abril de 2023. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11491.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.491%2C%20DE%2012,23%20de%20novembro%20de%202001>. Acesso em: 10 set. 2023.

DINIZ, G.; MUGGAH, R.; GLENNY, M. *Deconstructing cybersecurity in Brazil: threats and responses*. Strategic Paper 11. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, Dec. 2014. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Strategic-Paper-11-Cyber2.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2023.

COUNCIL OF EUROPE. *The Budapest Convention on Cybercrime: benefits and impact in practice*. Strasbourg: Cybercrime Convention Committee, Jul. 13 2020. Disponível em: <<https://rm.coe.int/t-cy-2020-16-bc-benefits-rep-provisional/16809ef6ac>>. Acesso em: 10 set. 2023.

SANTORO, M.; BORGES, B. Brazilian foreign policy towards internet governance. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 60, n. 1, 2017.

Quesitos de pontuação

Q 1. Identificação da Convenção de Budapeste como um tratado internacional do Conselho da Europa aberto à adesão de Estados não membros da organização e de outras regiões do globo.

Q 2. Apresentação de medidas a serem adotadas nas jurisdições nacionais e dos princípios da cooperação internacional.

Q 3. Menção aos Protocolos Adicionais à Convenção de Budapeste, respectivamente, referentes à criminalização de atos de natureza racista e xenofóbica, cometidos por meio de sistemas de computador (2003), e acerca do reforço da cooperação e da divulgação de provas eletrônicas (2022).

Q 4. Identificação da defesa brasileira do modelo multissetorial para a governança global da internet.

Q 5. Apresentação de princípios que orientam a diplomacia brasileira em temas relacionados com a internet.

Q 6. Explicação da posição brasileira de buscar o exercício da liderança na governança global da internet.

Q 7. Reconhecimento da dimensão internacional e de parcerias estratégicas como um eixo transformador da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber).

Q 8. Identificação do fortalecimento da atuação brasileira em segurança cibernética no cenário internacional como um objetivo estratégico da E-Ciber.

Q 9. Descrição de medidas a serem adotadas no âmbito da ação estratégica prevista na E-Ciber, de ampliação da cooperação internacional do Brasil em segurança cibernética.

Q 10. Explicação de vantagens da adesão brasileira à Convenção de Budapeste, como a contribuição na elaboração de normas internacionais, a ampliação da cooperação internacional e a adequação das legislações nacionais.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Política Internacional****Questão 4**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

O candidato deverá identificar a natureza essencialmente conflitiva do relacionamento bilateral entre Estados Unidos da América (EUA) e Irã, desde a Revolução Islâmica e a queda do Xá Reza Pahlevi (ambas em 1979). Poderá indicar o rompimento de relações diplomáticas e a ausência de representações diplomáticas permanentes nas respectivas capitais, além do regime de sanções unilaterais imposto por Washington. Da mesma forma, poderá apontar a rivalidade regional entre a República Islâmica do Irã e Israel, tradicional aliado dos EUA, como motivador adicional das animosidades entre Washington e Teerã.

A título de contextualização histórica, poderá referir-se à ocupação da embaixada norte-americana em Teerã e à crise dos reféns (1979-1981) e ao papel ambíguo desempenhado por Washington na guerra Irã-Iraque (1987-1988). Nesse contexto, também se inserem a inclusão do Irã no chamado “Eixo do Mal” pelo Governo George W. Bush e a ocupação do Iraque, que teve impactos na configuração de um novo equilíbrio regional no Oriente Médio, fortalecendo a posição relativa iraniana.

A respeito do programa nuclear iraniano, o candidato deverá mencionar o apoio norte-americano no reinado do Xá Reza Pahlevi e, em contraste, identificar os esforços posteriores de repetidos governos, democratas ou republicanos, em conter o progresso do Irã em dominar o ciclo nuclear, mesmo em suas dimensões civis. Acerca da relação do país com o regime internacional de não proliferação, o candidato deverá recordar-se de que o signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), o Irã, presentemente, não dispõe de armas nucleares, embora o progresso técnico-científico de seu programa desperte suspeitas entre seus aliados quanto às intenções por trás dele.

Com relação aos esforços da comunidade internacional para, de um lado, afastar uma intervenção militar norte-americana e, de outro, limitar o domínio do Irã ao ciclo nuclear e garantir o uso estritamente pacífico da energia nuclear, o candidato poderá referir-se à criação do grupo P-5+1 (ou E3+3). Será igualmente adequado recordar-se do esforço envidado por Brasil e Turquia, na forma da Declaração de Teerã, de 17 de maio de 2010. Deverá, finalmente, referir-se ao Plano de Ação Abrangente (JCPOA, na sigla em inglês), acordado entre o P-5+1 e o Irã em 2013, que representou congelamento do enriquecimento de urânio, por parte do Irã, em troca do alívio de sanções unilaterais norte-americanas e europeias. Como se sabe, o governo do ex-presidente Donald Trump retirou os EUA do acordo, tendo precipitado, de um lado, a reimposição de sanções unilaterais e, de outro, a retomada do enriquecimento de urânio em território iraniano. Os esforços do governo do presidente Joe Biden para negociar o acordo em novas bases com o governo do presidente Ibrahim Raisi não produziram resultados concretos até o momento.

Referências

KINZER, Stephen. *All the Sha's Men. An American Coup and the Roots of Middle East Terror*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008.

LEVERETT, Flynt & LEVERETT, Hillary Mann. *Going to Tehran. Why the United States Must Come to Terms with the Islamic Republic of Iran*. New York: Metropolitan Books, 2013.

MOUSAVIAN, Seyed Hossein. *The Iranian Nuclear Crisis. A Memoir*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2012.

PARSI, Trita. *Treacherous Alliance. The Secret Dealings of Iran, Israel, and the United States*. New Haven & London: Yale University Press, 2008.

_____. *Single Roll of a Dice. Obama's Diplomacy with Iran*. New Haven & London: Yale University Press, 2013.

_____. *Losing an Enemy. Obama, Iran and the Triumph of Diplomacy*. New Haven & London: Yale University Press, 2017.

Quesitos de Pontuação

Q 1. Identificar a relação de animosidade histórica entre EUA e Irã (ausência de relações diplomáticas e de representações permanentes em Washington e Teerã).

Q 2. Contextualizar historicamente o rompimento do relacionamento após a Revolução Islâmica de 1979.

Q 3. Contrastar o apoio dos EUA ao programa nuclear iraniano no reinado do Xá Reza Pahlevi à oposição desde o estabelecimento da República Islâmica.

Q 4. Inserir o programa nuclear no regime global de não proliferação (adesão ao TNP).

Q 5. Observar que a invasão do Iraque pelos EUA, em 2003, alterou o equilíbrio de poder regional no Oriente Médio em benefício do Irã.

Q 6. Apontar os esforços da comunidade internacional para evitar que, de um lado, a animosidade dos EUA em relação ao Irã resultasse em confrontação militar e, de outro, certificar-se de que o programa nuclear iraniano mantivesse caráter estritamente civil.

Q 7. Aludir ao esforço do Brasil e da Turquia, que resultou na Declaração de Teerã, de 17 de maio de 2010.

Q 8. Descrever os termos gerais do acordo nuclear iraniano (Plano de Ação Abrangente/*Joint Comprehensive Plan of Action-JCPOA*), estabelecido entre o Irã e o P-5+1 em 2013 (interrupção do enriquecimento de urânio *versus* levantamento de sanções).

Q 9. Referir-se à retirada dos EUA do JCPOA pelo governo do ex-presidente Donald Trump e às suas consequências sistêmicas e para o relacionamento bilateral.

Q 10. Comentar a ausência de progresso na negociação de novo acordo nuclear entre o P5+1 e o Irã no governo de Joe Biden e do presidente Ibrahim Raisi.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Economia****Questão 1**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Para a economia, produção é um processo de transformação de alguns bens (insumos) em outros bens (produtos). A função de produção é a relação que permite determinar quanto de um produto é produzido a partir das quantidades de insumos utilizadas. Os insumos, também chamados fatores de produção, têm uma grande variedade, mas podem ser agrupados em quatro categorias: trabalho, capital, terra e capacidade empresarial.

A decisão a respeito da quantidade a ser produzida envolve a seleção das quantidades dos fatores em função dos preços desses fatores e do produto, de modo a maximizar o lucro. Nesse momento, a distinção entre curto e longo prazo se faz presente. O economista considera uma análise de longo prazo aquela em que todos os fatores de produção são variáveis, ou seja, todos podem ser ajustados de acordo com o critério de decisão do produtor. Já a análise de curto prazo corresponde à análise na qual pelo menos um dos fatores de produção é fixado, ou seja, é dado e não pode ser alterado.

Ao considerar os custos para determinação do lucro a ser maximizado, o curto prazo separa os custos variáveis dos custos fixos, estes últimos são correspondentes aos fatores de produção cuja quantidade utilizada na produção está fixada. Já no longo prazo, todo custo é variável, não havendo nenhum insumo fixo. Uma vez conhecida a estrutura de custos, o custo marginal indica o custo de cada unidade adicional do produto. Sob concorrência perfeita, a firma maximiza seus lucros quando o preço de venda do produto é igual a esse custo marginal. Assim, pode-se afirmar que a curva de oferta corresponde à curva de custo marginal da firma, a partir do ponto de viabilidade.

A elasticidade-preço da oferta mostra a porcentagem de variação da quantidade ofertada diante de um aumento de 1% no preço. Dessa maneira, ela é diretamente afetada pelos custos marginais da firma e, portanto, pela consideração do curto ou do longo prazo. O efeito do prazo fica evidente quando se considera a descrição feita, uma vez que, no longo prazo, a firma tem mais opções a considerar para determinar seu equilíbrio de maximização do lucro e, logo, tem maior capacidade de reação a uma variação de preços. No curto prazo, a presença de um fator de produção com quantidade fixada limita essas opções. Por isso, diz-se que a elasticidade-preço da oferta é maior no longo prazo do que no curto prazo.

Quesitos de pontuação

Q 1. Definir a função de produção - “A função de produção é a relação que permite determinar quanto de um produto é produzido a partir das quantidades de insumos utilizadas.”

Q 2. Enumerar os fatores de produção (não é necessário conceituar) - “Os insumos, também chamados fatores de produção, têm uma grande variedade, mas podem ser agrupados em quatro categorias: trabalho, capital, terra e capacidade empresarial.”

Q 3. Mencionar a maximização de lucro como objetivo da firma - “A decisão a respeito da quantidade a ser produzida envolve a seleção das quantidades dos fatores em função dos preços desses fatores e do produto, de modo a maximizar o lucro.”

Q 4. Distinguir curto prazo do longo prazo - “O economista considera uma análise de longo prazo aquela em que todos os fatores de produção são variáveis, ou seja, todos podem ser ajustados de acordo com o critério de decisão do produtor. Já a análise de curto prazo corresponde à análise na qual pelo menos um dos fatores de produção é fixado, ou seja, é dado e não pode ser alterado.”

Q 5. Apresentar o custo fixo somente no curto prazo - “Ao considerar os custos para determinação do lucro a ser maximizado, o curto prazo separa os custos variáveis dos custos fixos, estes últimos são correspondentes aos fatores de produção cuja quantidade utilizada na produção está fixada.”

Q 6. Apresentar os custos como variáveis no longo prazo - “Já no longo prazo, todo custo é variável, não havendo nenhum insumo fixo.”

Q 7. Descrever os custos marginais - “Uma vez conhecida a estrutura de custos, o custo marginal indica o custo de cada unidade adicional do produto.”

Q 8. Associar a curva de oferta à curva de custo marginal (não é necessário descrever, tampouco mencionar, o equilíbrio médio-marginal) - “Sob concorrência perfeita, a firma maximiza seus lucros quando o preço de venda do produto é igual a esse custo marginal. Assim, pode-se dizer que a curva de oferta corresponde à curva de custo marginal da firma, a partir do ponto de viabilidade.”

Q 9. Definir elasticidade-preço da oferta - “A elasticidade-preço da oferta mostra a porcentagem de variação da quantidade ofertada diante de um aumento de 1% no preço.”

Q 10. Descrever o efeito do prazo na elasticidade-preço da oferta - “O efeito do prazo fica evidente quando se considera a descrição feita, uma vez que, no longo prazo, a firma tem mais opções a considerar para determinar seu equilíbrio de maximização do lucro e, logo, tem maior capacidade de reação a uma variação de preços. No curto prazo, a presença de um fator de produção com quantidade fixada limita essas opções. Por isso, diz-se que a elasticidade-preço da oferta é maior no longo prazo do que no curto prazo.”

O candidato poderá usar conceitos mais formais ou formulação matemática, como derivadas, por exemplo, como parte da argumentação, mas eventuais incorreções ou inadequações conceituais no uso de tais ferramentas resultará na redução dos pontos do quesito correspondente.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Economia****Questão 2**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. O diagnóstico de inflação atribuída aos *deficits* governamentais e à contínua pressão salarial o aumento de preços.

Q 2. Uma abordagem gradualista de controle da inflação foi adotada.

Q 3. Dessa forma, “o PAEG incluiu um programa de ajuste fiscal, com base em metas de aumento da receita (via aumento da arrecadação tributária e de tarifas públicas) e de contenção de despesas governamentais”.

Q 4. Restrição monetária, ou seja, “um orçamento monetário que previa taxas decrescentes de expansão dos meios de pagamentos e uma política de controle do crédito ao setor privado”.

Q 5. Correção salarial, salário real médio acrescido de aumento de produtividade.

Q 6. Em relação às mudanças estruturais, pode-se mencionar a introdução do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Q 7. Pode-se mencionar a reforma tributária, que buscava aumento e racionalização da arrecadação.

Q 8. Pode-se citar a reforma financeira, que criou o Banco Central do Brasil e incluiu uma reestruturação do sistema financeiro nacional.

Q 9. Pode-se indicar a reforma financeira que criou a ORTN, um mecanismo de correção monetária.

Q 10. A correção monetária reforçou o caráter inercial da inflação brasileira, que viria a ser um problema principalmente na década de 1980.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Economia****Questão 3**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

A internacionalização da produção acontece quando residentes de um país têm acesso a bens e serviços originários de outro país, e esse movimento é de grande importância para o crescimento do produto global, por envolver investimentos, criação de novas tecnologias, novos produtos e serviços, atingindo os mais diversos setores econômicos.

O processo de internacionalização ocorre por meio de operações de importação e exportação, pelos investimentos de empresas multinacionais e pela transferência de ativos específicos à propriedade, à terceirização da produção que ocorre pela cessão de marca ou patente, que permite a realização da produção em outros países. Cabe às empresas a escolha quanto à forma como farão sua oferta de bens e serviços a residentes de outros países.

A internacionalização por meio das exportações de bens é feita por empresas instaladas em um país, as quais vendem seus produtos no exterior. As exportações contribuem para o aumento da produtividade, da inovação, da diferenciação de produto e da competitividade das empresas, contribuindo para a melhoria da inserção externa de um país e o aumento da oferta mundial de produtos de melhor qualidade. As exportações ajudam, também, no enfrentamento de crises econômicas, geram divisas e agregam valor ao produto mundial.

No caso do comércio internacional de serviços, que envolve produtos intangíveis, os quais não podem ser armazenados, as respectivas transações envolvem o deslocamento dos consumidores (turismo, educação, entre outras) ou dos produtores (consultorias), ou mesmo a exportação de serviço embutido em um bem. Essas atividades geram oportunidades de desenvolvimento, uma vez que elas trazem a chance de abertura para novos mercados, avanço na competitividade e aumento da qualidade dos serviços internacionais prestados. Podem estar associadas, por exemplo, à entrada do investimento externo direto (IED).

Alternativamente, o acesso a bens por determinado país pode se dar por meio da entrada do (IED), ou seja, pelas operações de empresas multinacionais em seu território, as quais produzem localmente produtos que, de outra forma, seriam importados. A decisão da empresa de realizar sua produção por meio do IED pode significar, por exemplo, uma contribuição desse investimento para a Formação Bruta do Capital Fixo no país de destino (caso de instalação de uma nova planta) ou para melhoria da eficiência produtiva (quando faz aquisição de uma unidade produtiva já existente). Esses investimentos podem contribuir ainda para a economia do país de destino, em razão dos efeitos de substituição (redução de importações) e (ou) de complementaridade (comércio intraindústria).

Por último, a internacionalização da produção pode tomar a forma de terceirização ou de relação contratual quando uma empresa matriz escolhe contratar uma empresa independente para executar partes específicas da produção e, para isso, pode fazer licenciamento de uso de marca, patente ou tecnologia para a

produção de bens e serviços em outro país (*offshoring*). Essa transferência é feita com base em uma relação contratual com preço e prazo.

A internacionalização da produção é um mecanismo pelo qual é possível a oferta de bens e serviços em nível global, contribuindo para a dinâmica dos negócios e para o crescimento do produto mundial.

Referências

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional: teoria e política*. São Paulo: Makron Books, 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Editora Campos, 1998.

Quesitos de pontuação

- Q 1. O conceito de internacionalização da produção.
- Q 2. A importância da internacionalização da produção para a economia global.
- Q 3. O comércio internacional, o investimento externo direto e a terceirização como formas alternativas de internacionalização.
- Q 4. A importância do comércio internacional de bens.
- Q 5. Exportações, novos mercados, competitividade.
- Q 6. A importância do comércio internacional de serviços.
- Q 7. A importância do investimento externo direto (novas plantas).
- Q 8. A importância do investimento externo direto (aquisições de empresas).
- Q 9. A importância da relação contratual ou terceirização na internacionalização da produção.
- Q 10. O comércio, o investimento, a terceirização e o produto global.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Economia****Questão 4**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Um mercado de concorrência perfeita caracteriza-se por existirem muitos produtores e muitos consumidores, e nenhum agente tem poder de alterar o equilíbrio sozinho. Além disso, deve haver livre entrada de agentes, homogeneidade de produtos e informação completa. A demanda é embasada no comportamento do consumidor que, dada a respectiva renda, consome certa quantidade do produto de acordo com o preço. Já a oferta consiste no comportamento do produtor que, dados os preços dos insumos, produz e vende determinada quantidade do produto conforme o preço final.

O equilíbrio baseia-se no preço ao qual a quantidade demandada e a quantidade ofertada se igualam. Todavia, políticas governamentais podem impor, arbitrariamente, limites aos preços negociados do produto. Um primeiro caso é a imposição de um limite máximo de preço, como ocorre nos congelamentos. Tal limite, abaixo do preço de equilíbrio, faz com que os ofertantes não recebam o suficiente para cobrir o custo marginal de seu produto no nível de produção de equilíbrio, de modo que há escassez do produto: a oferta é menor que a demanda.

O segundo caso de política de preço é a imposição de um limite mínimo de preço. Tal política proíbe que o produto seja vendido a um preço menor que o limite, este último estando acima do equilíbrio de mercado. Com isso, haverá mais consumidores demandando o produto do que haveria no equilíbrio de mercado, fazendo com que a demanda pelo produto seja menor que a oferta e haja um excesso do produto.

Observa-se que, em ambos os casos, produtores e consumidores perdem em termos de bem-estar. Por exemplo, ainda que um limite de preço máximo abaixo do equilíbrio pareça benéfico ao consumidor, o fato de não haver quantidade ofertada suficiente para satisfazer a demanda acaba gerando uma perda de bem-estar que, usualmente, é maior que o ganho de “comprar mais barato”. Uma análise análoga pode ser feita em relação à imposição de um preço mínimo acima do equilíbrio.

Quesitos de pontuação

Q 1. Definição de concorrência perfeita – “Um mercado de concorrência perfeita caracteriza-se por existirem muitos produtores e muitos consumidores, e nenhum agente tem poder de alterar o equilíbrio sozinho. Além disso, deve haver livre entrada de agentes, homogeneidade de produtos e informação completa.”

Q 2. Definição de demanda – “A demanda é embasada no comportamento do consumidor que, dada a respectiva renda, consome certa quantidade do produto de acordo com o preço.”

Q 3. Definição de oferta – “Já a oferta consiste no comportamento do produtor que, dados os preços dos insumos, produz e vende determinada quantidade do produto conforme o preço final.”

Q 4. Definição do equilíbrio – “O equilíbrio baseia-se no preço ao qual a quantidade demandada e a quantidade ofertada se igualam.”

Q 5. Menção da política de preço máximo – “Um primeiro caso é a imposição de um limite máximo de preço, como ocorre nos congelamentos.”

Q 6. Escassez como consequência da política de preço máximo – “[...] há escassez do produto: a oferta é menor que a demanda.”

Q 7. Menção da política de preço mínimo – “O segundo caso de política de preço é a imposição de um limite mínimo de preço.”

Q 8: Excesso como consequência da política de preço mínimo – “[...] fazendo com que a demanda pelo produto seja menor que a oferta e haja um excesso do produto.”

Q 9. Mecanismo dos efeitos de escassez e excesso – “Tal limite, abaixo do preço de equilíbrio, faz com que os ofertantes não recebam o suficiente para cobrir o custo marginal de seu produto no nível de produção de equilíbrio [...]. Tal política proíbe que o produto seja vendido a um preço menor que o limite, este último estando acima do equilíbrio de mercado. Com isso, haverá mais consumidores demandando o produto do que haveria no equilíbrio de mercado [...].”

Q 10. Perda de bem-estar como efeito geral sobre os agentes – “Observa-se que, em ambos os casos, produtores e consumidores perdem em termos de bem-estar. Por exemplo, ainda que um limite de preço máximo abaixo do equilíbrio pareça benéfico ao consumidor, o fato de não haver quantidade ofertada suficiente para satisfazer a demanda acaba gerando uma perda de bem-estar que, usualmente, é maior que o ganho de ‘comprar mais barato’. Uma análise análoga pode ser feita em relação à imposição de um preço mínimo acima do equilíbrio.”

O candidato poderá usar exemplos ou gráficos como parte da argumentação, mas eventuais incorreções ou inadequações conceituais no uso de tais ferramentas resultará na redução dos pontos do quesito correspondente.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

Direito

Questão 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. Refletir a respeito das características peculiares do direito internacional, em especial de sua estrutura descentralizada, desprovida de autoridade central, e da organização horizontal entre as partes (sobretudo os atores clássicos, os Estados e as organizações internacionais) que se coordenam, conforme normas estabelecidas por meio de consentimento.

Q 2. Discorrer acerca da relevância que os tratados apresentam para a conformação da ordem jurídica internacional como uma das principais fontes do direito internacional, de acordo com o art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

Q 3. Mencionar que o direito internacional busca estabelecer uma ordem com base em regras para seus atores (estado de direito criado pelo direito internacional, *rule of law* ou *rules-based international order*) e que, para tanto, os tratados constituem instrumento fundamental.

Q 4. Analisar que, na dialética entre cooperação e coexistência (ou entre conflito e cooperação), própria do direito internacional, os compromissos assumidos pelos Estados por meio de tratados são essenciais para a manutenção da paz, porque viabilizam a solução pacífica de controvérsias e o alcance de objetivos comuns.

Q 5. Comentar a respeito de como a soberania estatal implica que a ordem jurídica internacional / o direito internacional estruturam-se a partir do consentimento dos Estados, manifesto em tratados. Além disso, o candidato poderá tratar acerca de como se dá a expressão do consentimento para a celebração de tratados.

Q 6. Refletir quanto à importância do princípio da boa-fé, consagrado na Carta das Nações Unidas, sendo anterior ao reconhecimento pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (CVDT) para o direito internacional. A CVDT trata da boa-fé não apenas como princípio que deve reger a aplicação e a interpretação dos tratados, mas também como comportamento adequado em relação aos compromissos assumidos. A confiança entre os atores do direito internacional é elemento fundamental para a manutenção da paz nas relações internacionais.

Q 7. Discorrer acerca do princípio do *pacta sunt servanda* como basilar para o direito como um todo e para o direito internacional, em especial. Parte da doutrina considera esse princípio como norma fundamental do direito internacional, que prescreve o cumprimento do que foi acordado.

Q 8. Tratar da origem consuetudinária dos princípios da boa-fé e do *pacta sunt servanda*, bem como de sua eventual relativização decorrente da ocorrência de “mudança fundamental de circunstâncias”, também denominada *rebus sic stantibus*, conforme o art. 62 da CVDT. Pode-se considerar, ainda, que tais princípios constituem “verdadeiro princípio geral do direito internacional”.

Q 9. Demonstrar compreensão relacionada ao que dispõe o art. 27 da CVDT. Parte da doutrina vislumbra, no referido dispositivo, a positivação da primazia do direito internacional na relação entre Estados quando se trata de direito dos tratados.

Q 10. Refletir quanto à importância do art. 27 da CVDT para a consolidação do direito internacional como um sistema normativo. Caso os Estados pudessem invocar norma de direito interno para descumprir tratados, a insegurança jurídica impediria a observância do princípio do *pacta sunt servanda*.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Quesitos de avaliação

Item a – Q 1, Q 2, Q 3 e Q 4

Item b – Q 5, Q 6 e Q 7

Item c – Q 8, Q 9 e Q 10

Referências

BRASIL. *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados*. Decreto nº 7.030/2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça*. Decreto nº 19.841/1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/19301949/d19841.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba; SILVA, G. E. do Nascimento e. *Manual de direito internacional público*. 25. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *Curso de direito internacional público*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Princípios do direito internacional contemporâneo*. 2. ed. rev. atual. Brasília: FUNAG, 2017.

KOSKENNIEMI, Martii. *Imagining the Rule of Law: Rereading the Grotian ‘Tradition’*. In: EJIL, V. 30, n. 1, pp. 17-52, 2019.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Direito dos tratados*. 2. ed. rev., atual. e ampl., Rio de Janeiro: Forense, 2014.

REZEK, Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

Direito

Questão 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. Cabe ao candidato explicar que, no passado, defensores das diferentes áreas do direito internacional mostravam-se mais preocupados em assegurar as diferenças e especificidades entre essas áreas do que em desenvolver as relações entre elas.¹ Havia uma visão compartimentalizada das três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana – direitos humanos, direito dos refugiados e direito humanitário – que se devia, em grande medida, a uma ênfase exagerada nas origens históricas distintas desses três ramos.²

Q 2. Espera-se que o candidato detalhe que o propósito comum de salvaguarda dos direitos da pessoa humana em toda e qualquer circunstância levou a aproximações ou convergências entre essas três vertentes de proteção da pessoa humana, que se manifestam nos planos normativo, operativo ou de aplicação e hermenêutico, e que fortaleceram e ampliaram a proteção.³

Q 3. Relate que a visão compartimentalizada do passado foi superada e evoluiu-se para uma interação e complementaridade entre esses três ramos de proteção, em benefício dos seres humanos protegidos. Na prática, pode haver aplicação simultânea das três vertentes de proteção, ou de duas delas, justamente por serem fundamentalmente complementares. Além disso, elas se deixam guiar por uma identidade de propósito básico: é inegável que as considerações básicas de humanidade subjazem tanto ao direito internacional dos direitos humanos como ao direito internacional humanitário e ao direito internacional dos refugiados.⁴

Q 4. Mencione que a noção de *jus cogens* é expressa pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, que apresenta em seus arts. 53 e 64, as disposições a seguir.

Art. 53

Tratado em Conflito com uma Norma Imperativa de Direito Internacional Geral (*jus cogens*)

É nulo um tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com uma norma imperativa de direito internacional geral. Para os fins da presente convenção, uma norma imperativa de direito internacional geral é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de direito internacional geral da mesma natureza.

[...]

Art. 64

¹ BRETT, Rachel; LESTER, Eve. Refugee law and international humanitarian law: parallels, lessons and looking ahead – A non-governmental organizations' view. In: *International Review of the Red Cross*. Geneva: September 2001, vol. 83, n. 843, p. 714.

² CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Porto Alegre: S.A. Fabris Ed., vol I, 1997. p. 270.

³ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Aproximaciones y convergencias revisitadas: diez años de interacción entre el derecho internacional de los derechos humanos, el derecho internacional de los refugiados, y el derecho internacional humanitario. In: ACNUR. *Memoria del Vigésimo Aniversario de la Declaración de Cartagena sobre los Refugiados*. San José: Editorama, 2005, p.140.

⁴ *Ibid.*

Superveniência de uma Nova Norma Imperativa de Direito Internacional Geral (*jus cogens*)

Se sobrevier uma nova norma imperativa de direito internacional geral, qualquer tratado existente que estiver em conflito com essa norma torna-se nulo e extingue-se.

Q 5. Indique que noção de *jus cogens* não se limita à Convenção de Viena de 1969, ou seja, não se restringe a violações resultantes de tratados, mas é de aplicação geral, estendendo-se a toda e qualquer violação. Dessa forma, toda e qualquer transgressão que esteja sob o domínio de *jus cogens*, seja ela unilateral, bilateral ou multilateral, é proibida, sendo ilegal.⁵ Essa evolução acerca das normas de *jus cogens* aponta em direção à consagração de obrigações *erga omnes*, ou seja, obrigações relativas à proteção dos seres humanos, devidas à comunidade internacional como um todo. A consagração de obrigações *erga omnes* é uma manifestação da própria emergência de normas imperativas de direito internacional.⁶ O candidato poderá, ainda, abordar noção de *jus cogens* na jurisprudência de tribunais internacionais, como a Corte Internacional de Justiça.

Q 6. O candidato poderá abordar também o conteúdo do projeto de conclusões sobre a identificação e as consequências jurídicas das normas imperativas de direito internacional geral (*jus cogens*) adotado em 2022 pela Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, o qual que afirma que uma norma imperativa de direito internacional geral (*jus cogens*) é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo enquanto uma norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por uma norma subsequente de direito internacional geral tendo o mesmo caráter. As normas imperativas do direito internacional geral (*jus cogens*) refletem e protegem os valores fundamentais da comunidade internacional. Em especial, o candidato deverá destacar que as normas de *jus cogens* são universalmente aplicáveis e hierarquicamente superiores a outras regras do direito internacional. As normas imperativas de direito internacional geral (*jus cogens*) dão origem a obrigações devidas à comunidade internacional como um todo (obrigações *erga omnes*), em relação às quais todos os Estados têm um interesse jurídico.

Q 7. O candidato deverá apontar exemplos de normas de *jus cogens* relacionados ao direito internacional dos direitos humanos e ao direito internacional dos refugiados, que podem incluir:

- a proibição do genocídio;
- a proibição de crimes contra a humanidade;
- as regras básicas do direito internacional humanitário;
- a proibição da discriminação racial e do *apartheid*;
- a proibição da escravidão;
- a proibição da tortura;
- o direito à autodeterminação; e
- o *non-refoulement*.

Q 8. Ao tratar do regime internacional de proteção aos refugiados, o candidato deverá abordar a Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e o respectivo Protocolo de 1967, responsáveis por estabelecer os elementos fundamentais do regime internacional dos refugiados contemporâneos. Essa Convenção define o termo refugiado, estabelece padrões mínimos para o seu tratamento, além de seus direitos e deveres. Entre as obrigações dos Estados, a fundamental é o cumprimento do princípio do *non-refoulement*, pedra angular da proteção internacional dos refugiados.

Q 9. O candidato deverá mencionar ainda instrumentos regionais que ampliaram a definição de refugiado, como a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) que rege os Aspectos Específicos

⁵ ALLAIN, J. The *jus cogens* nature of non-refoulement. In: *International Journal of Refugee Law*, vol. 14, n. 1 (2002), p. 535. CANÇADO TRINDADE, A. A. *El Derecho Internacional de los Derechos Humanos en el Siglo XXI*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2001, p. 417. MALANCZUK, Peter. *Op cit supra* 11, p. 57.

⁶ CANÇADO TRINDADE, A. A. *Op cit supra* 5. pp. 417-419. Ver *Barcelona Traction, Light and Power Co. Ltd. (Belg. v. Spain)*, 1970 I.C.J. 3, 32 (Feb. 5).

dos Problemas dos Refugiados em África, de 1969, e a Declaração de Cartagena sobre os Refugiados, de 1984. O candidato poderá mencionar o papel do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Q 10. Ao tratar do arcabouço jurídico nacional de proteção dos refugiados, espera-se que o candidato aborde a Lei nº 9.474/1997 (Lei de refúgio), que define o marco legal aplicável à proteção de refugiados e possui caráter avançado. O art. 1º, incisos I e III, apresenta uma definição abrangente de refugiado, em atenção à Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e à Declaração de Cartagena, de 1984. O governo brasileiro instituiu, além disso, órgão colegiado específico – o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), a quem se atribui responsabilidade para apreciar pedidos de refúgio. Como exemplo prático, poderá mencionar a Operação Acolhida e o visto de acolhida humanitária, que possibilita o acolhimento de estrangeiros que se encontrem em países em situação de grave ou iminente instabilidade institucional ou de conflito armado

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

ALLAIN, J. The jus cogens nature of non-refoulement. *In: International Journal of Refugee Law*, v. 14, n. 1 (2002). pp. 533-558.

ANDRADE, José H. Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados: evolução histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

BARNETT, Laura. Global Governance and the Evolution of the International Refugee Regime. *In: International Journal of Refugee Law*. Oxford: Apr. 2002, v. 14, n. 2 and 3. pp. 238-262.

BRETT, Rachel & LESTER, Eve. Refugee law and international humanitarian law: parallels, lessons and looking ahead – A non-governmental organizations' view. *In: International Review of the Red Cross*. Geneva: September 2001, v. 83, n. 843. pp. 713-726.

BROWNLIE, Ian. *Principles of public international law*. New York: Oxford University Press, 2003. 6th ed.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Aproximaciones y convergencias revisitadas: diez años de interacción entre el derecho internacional de los derechos humanos, el derecho internacional de los refugiados, y el derecho internacional humanitario. *In: ACNUR. Memoria del Vigésimo Aniversario de la Declaración de Cartagena sobre los Refugiados*. San José: Editorama, 2005.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *El Derecho Internacional de los Derechos Humanos en el Siglo XXI*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2001.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *O direito internacional em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2002.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Reflexiones sobre el desarraigo como problema de derechos humanos frente a la conciencia jurídica universal. *In: TRINDADE, A. A. C.; SANTIAGO, J. R. La nueva dimensión de las necesidades de protección del ser humano en el inicio del siglo XXI*. San José: Corte Interamericana de Derechos Humanos/ACNUR, 2004, p. 60.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Porto Alegre: S.A. Fabris Ed., vol I, 1997.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto; PEYTRIGNET, G.; SANTIAGO, J. R. *As três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana: Direitos Humanos, Direito Humanitário, Direito dos Refugiados*. San José/Brasília: IIDH, CICV, ACNUR, 1996.

CLARK, Tom. Rights Based Refuge, the Potential of the 1951 Convention and the Need for Authoritative Interpretation. In: *International Journal of Refugee Law*. Oxford: 2004, v. 16, n. 4. pp. 584-608.

FELLER, E. & TÜRK, V. & NICHOLSON, F. (Ed.). *Refugee Protection in International Law - UNHCR's Global Consultations on International Protection*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GOODWIN-GILL, Guy. *The refugee in international law*. New York: Oxford University Press, 1998.

MALANCZUK, Peter. *Akehurst's Modern Introduction to International Law*. London/ New York: Routledge, 7th revised ed, 1997.

MANDAL, Ruma. Protection Mechanisms Outside of the 1951 Convention ("Complementary Protection"). In: *Legal and Protection Policy Research Series*. UNHCR, Department of International Protection, June 2005.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. São Paulo: Max Limonad, 3. ed., 1997, pp. 4-24.

TERAYA, Koji. Emerging Hierarchy in International Human Rights and Beyond: From the Perspective of Non-derogable Rights. In: *European Journal of International Law*. v. 12, n. 5, 2001, pp. 917-941.

UNHCR. *The Principle of Non-refoulement as a Norm of Customary International Law*. Geneva: UNHCR, 1994.

WET, Erika de. The Prohibition of Torture as an International Norm of jus cogens and Its Implications for National and Customary Law. In: *European Journal of International Law*. Feb 2004. v. 15, n. 1. pp. 97-121.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Direito****Questão 3**

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

No primeiro tópico, deve-se discorrer a respeito do momento histórico em que foi elaborada a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, aprovada meses antes da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, com ativa participação das delegações latino-americanas. Espera-se, também, menção à criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no bojo da Organização dos Estados Americanos (OEA). Destacadamente, deve-se fazer menção à aprovação da Convenção Americana dos Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica. A Convenção, que tem *status* de tratado internacional de direitos humanos, estabelece o mandato da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A convenção também estabelece todas as normas que regem o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

No segundo tópico, o candidato deve comentar acerca da participação ativa do Brasil na proposição e negociação das normas interamericanas. O Brasil, como Estado-membro da OEA, participou ativamente da negociação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e da Convenção Americana dos Direitos Humanos. O Brasil reconhece ainda a competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que possibilita que casos de violações de direitos humanos ocorridas no território brasileiro sejam recebidos e considerados por aquela Corte, dentro das normas previstas pela Convenção Americana. Inúmeros casos contra o Brasil podem ser citados. Chegaram à Corte Interamericana e podem ser mencionados pelo candidato casos Vladimir Herzog e outros; Favela Nova Brasília; Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde; Damião Ximenes Lopes; Escher e outros; Sétimo Garibaldi; Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia); Povo Indígena Xucuru e seus membros; Sales Pimenta; e empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus. Na Comissão, e não referenciados para a Corte, há um amplo número de casos que podem ser citados, sendo dois exemplos o caso Maria da Penha Maia Fernandes e o caso do Soldado Márcio Lapoente da Silveira.

No terceiro tópico, é desejável que o candidato demonstre conhecimento relacionado ao funcionamento do sistema de petições e casos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. É importante que aborde a possibilidade de que vítimas de violações de direitos humanos recorram à Comissão quando tiverem sido esgotados os recursos judiciais internos. Nessas situações, pode-se apresentar petição diretamente à Comissão, sem necessidade de advogado. Em casos graves e urgentes, em que haja o risco de danos irreparáveis, possíveis vítimas podem solicitar à Comissão que determine medidas cautelares para observância do Estado em questão. Em ambas as circunstâncias, a Comissão cumpre papel subsidiário ao sistema de justiça e proteção dos direitos humanos dos estados-membros da OEA, inclusive daqueles que não são signatários da Convenção Americana dos Direitos Humanos.

No quarto e último tópico, é importante que o candidato discorra a respeito da atuação das organizações da sociedade civil como representantes de vítimas de violações de direitos humanos, ainda que não haja exigência de representação para se peticionar à Comissão. As organizações da sociedade civil, com

seu conhecimento e experiência no sistema interamericano, ajudam as vítimas de violações de direitos humanos e seus familiares a entenderem as regras e os ritos do sistema. Elas oferecem apoio também para redação das peças apresentadas à Comissão, para coleta dos documentos necessários e nas audiências para consideração do caso. Por fim, e não menos importante, as organizações da sociedade civil podem auxiliar vítimas e seus familiares no pedido de reparação pelo Estado e de medidas de não repetição, as quais visam ao estabelecimento de políticas e ações que possam impedir futuras violações.

Referências

ALBUQUERQUE, Aline; PERES, Luciana. *Sistema interamericano de direitos humanos: teoria e prática*. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2019.

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, 1948.

Convenção Americana de Direitos Humanos, *Pacto de São José da Costa Rica*, 1969.

CIDH. *Folheto Informativo: Sistema de Petição e Casos*, 2010.

PIOVESAN, Flávia; CUNHA CRUZ, Júlia. *Curso de direitos humanos: sistema interamericano*. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SIKKINK, Kathryn. Latin American countries as norm protagonists of the idea of international human rights. *Global Governance*, 20, 389, 2014.

TRINDADE, Adriano; TRINDADE, Otávio; TRINDADE, Vinícius. A nosso pai, com carinho: uma homenagem ao professor Cançado Trindade por seus filhos. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, 81, 15-28, 2022.

Quesitos de pontuação

Q 1. Menção à adoção da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

Q 2. Menção à criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Q 3. Menção à adoção da Convenção Americana dos Direitos Humanos.

Q 4. Menção à criação da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Q 5. Identificação da participação ativa do Brasil na proposição e negociação das normas interamericanas.

Q 6. Identificação do reconhecimento, pelo Brasil, da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Q 7. Apresentação das características de um caso referente ao Brasil junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Q 8. Apresentação das características de outro caso referente ao Brasil junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Q 9. Explicação a respeito da submissão de petições e da abertura de casos junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.



Instituto Americano de Desenvolvimento

Q 10. Explanação acerca da atuação das organizações da sociedade civil como representantes de vítimas de violações de direitos humanos e como proponentes de medidas de não repetição.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

Direito

Questão 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer a respeito do histórico do pós-Segunda Guerra Mundial; dos Tribunais de Nuremberg e de Tóquio, bem como das discussões para a conformação do Estatuto de Roma no pós-Guerra Fria.

Q 2. Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer acerca dos Tribunais *ad hoc* para a antiga Iugoslávia e para Ruanda.

Q 3. Espera-se que o candidato trate dos aspectos que distinguem o Tribunal Penal Internacional (TPI) dos tribunais *ad hoc* para a antiga Iugoslávia e para Ruanda, como, por exemplo, o caráter permanente do TPI; a excepcionalidade e a complementaridade do TPI, que difere dos tribunais *ad hoc* para a antiga Iugoslávia e para Ruanda por não concorrer com as jurisdições nacionais; a competência espacial do TPI em relação aos Estados-parte do Estatuto de Roma, entre outros.

Q 4. Espera-se que o candidato seja capaz de tratar da evolução do direito internacional penal em sua relação conceitual, terminológica e principiológica com a crescente afirmação dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, verificada em tratados e na jurisprudência internacionais pertinentes, conforme corroborado pela doutrina referente ao assunto.

Q 5. Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer no tocante à característica do direito internacional penal como a *ultima ratio* da proteção internacional dos direitos humanos, ou seja, a investigação e a punição pelo cometimento dos crimes internacionais, possibilitada pelo direito internacional penal, como mecanismo utilizado pela comunidade internacional para implementar o direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional humanitário, quando sua promoção e proteção tiverem sido insuficientes.

Q 6. Espera-se que o candidato trate da relação entre, de um lado, os direitos e as garantias que o direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional humanitário, que têm o objetivo de proteger e promover e, de outro lado, os crimes internacionais contemplados pelo Estatuto de Roma, que prevê investigação e eventual punição quando aqueles direitos são gravemente violados.

Q 7. Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer acerca do conceito e da definição de complementaridade, no sentido de que “a jurisdição do TPI terá caráter excepcional e complementar, isto é, somente será exercida em caso de manifesta incapacidade ou falta de disposição de um sistema judiciário nacional para exercer sua jurisdição primária”.

Q 8. O candidato deverá tratar da importância do princípio da complementaridade, enunciado não apenas no preâmbulo, mas, também, no art. 1º do Estatuto de Roma, considerado, por parte da doutrina, como “basilar” ou um dos dispositivos mais relevantes do tratado.

Q 9. Espera-se que o candidato discorra a respeito da complementaridade do TPI em sua relação com a soberania estatal, conforme estudos relacionados ao tema.

Q 10. Espera-se que o candidato analise a complementaridade prevista no Estatuto de Roma e sua importância tanto para que os Estados signatários do Estatuto de Roma cooperem com o TPI quanto para que desenvolvam seus sistemas judiciais internos.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo, ou seja, a avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Quesitos de pontuação

Item a – Q 1, Q 2 e Q 3

Item b – Q 4, Q 5 e Q 6

Item c – Q 7, Q 8, Q 9 e Q 10

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BRASIL. Decreto nº 4.388/2002. *Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional*. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 set. 2023.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. *Rome Statute of the International Criminal Court*. Disponível em: <www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba; SILVA, G. E. do Nascimento e. *Manual de direito internacional público*. 25. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *Curso de direito internacional público*, 5. ed., São Paulo: Atlas, 2015.

CARDOSO, Elio. *Tribunal penal internacional: conceitos, realidades e implicações para o Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-315-tribunal_penal_internacional_conceitos_realidades_e_implicacoes_para_o_brasil>. Acesso em: 26 set. 2023.

PERRONE-MOISÉS, Cláudia. *Direito internacional penal: imunidades e anistias*. Barueri, SP: Manole, 2012.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Língua Espanhola e Língua Francesa****Resumen**

En el texto, Elsa Fernández-Santos empieza comentando que, aunque Carlos Saura no pretendiera escribir sus memorias, empezó a hacerlo, sobre todo gracias a la soledad que la pandemia impuso, especialmente a los mayores. Las intituló *De imágenes también se vive* y, a pesar de no haberlas terminado, se han publicado recientemente por la Editorial Taurus.

En el libro se observa que, dada su gran creatividad, Saura iba constantemente a Madrid, pero con la pandemia se quedó en su estudio rodeado de objetos que le permitieron volar por sus memorias como si estuviera en un tablero visual de una vida. Allí empezó a recordar su infancia y juventud, marcada por ecos de la Guerra Civil disminuidos por la alegría de su hogar. Como ejemplo trae a la memoria la alianza de su padre y el Gobierno de la II República, lo que hizo que Saura creciera asombrado por las bombas, pero todo se amenizó con el cariño de sus padres, su hermano y sus hermanas.

Según Fernández-Santos, en uno de los mejores pasajes de su libro, Saura describe su paso por el mundo diciendo que la vida le había sido amable y que los momentos buenos suplantaban los malos. Igualmente, destaca que ya con 90 años, en un siglo distinto al que nació, puede reflexionar sobre ciertas imágenes que le permiten contestar las dudas existenciales tanto sobre su origen, el lugar y la época en que nació como sobre su destino.

Entre los temas que se presentan en su libro está el diversificado interés del joven Saura, como la fotografía, pintura y música, aunque cuenta que su pasión hacia el cine empezó en las calles del Madrid pobre y bajo la guerra, por las que iba a las escondidas a las sesiones de cine para ver, especialmente, las diversas versiones de *El prisionero de Zenda*.

Aún recuerda el director que esa experiencia de la guerra también se ve reflejada en su obra, en sus primeras películas como *La caza* (1966), o en otras como *La prima Angélica* (1974), una de las elegidas para el Festival de Cannes, que hablaba de la dictadura, lo que provocó un revuelo en la época. No obstante, a pesar del éxito con el cine, fue la fotografía que le permitió mostrar una manera propia de retratar la realidad. Todo ello lo hizo ser un gran éxito y resultó en un homenaje tras su muerte con el Goya de Honor, que lo convierte en una gran influencia a las nuevas generaciones.

Asimismo, Saura menciona en su libro la colaboración con las mujeres de su vida, con las que tuvo sus hijos y quienes le aportaron mucho: Adela Medrado, Geraldine Chaplin, Mercedes Pérez y Eulalia Ramón.

Finalmente, Elsa Fernández-Santos resalta la versatilidad de Saura y su curiosidad con lo nuevo y desconocido, cualidades apreciadas por los que trabajaban con él, y menciona uno de los ejemplos de ese espíritu creador e innovador es el propio hecho de haber escrito sus memorias, realizar un documental y elaborar ensayos al final de su vida, uniendo así el pasado y el futuro.

Para la corrección del texto, en lo que concierne a los elementos gramaticales, se observará si el texto está escrito en un español correcto y formal. Acerca de los elementos estructurales y de estilo, además de la capacidad de síntesis, se considerarán los siguientes aspectos formales:

1. Tiempo verbal del texto;
2. Organización textual con elementos que enlazan un párrafo al otro y le permiten al lector una lectura creciente y fluida;

3. Apresentação de operadores argumentativos e elementos ricos que conformam a coesão e a coerência, por exemplo, os déicticos;
4. Riqueza lexical na elaboração das frases, sem excesso de ecos e repetições.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE

(Divulgado em 07/11/2023)

Língua Espanhola e Língua Francesa

Versión

Ser joven

Ser joven es no perder el encantamiento y el susto de cualquier espera. Sobre todo, es no fijarse a patrones de la propia formación. Ser joven es tener apertura (estar abierto) al nuevo en la misma medida que el respeto al inmutable.

Es creer un poco en la inmortalidad de la vida, es desear (querer) la fiesta, el juego, la broma/burla, la luna, lo imposible, lo distante. Ser joven es ser borracho de infinitos que terminan pronto (cerca). Es pensar poco en la muerte (es pensar en la muerte una u otra vez). Es saber poco y poder todo (Es nada saber y poder todo). [...]

Ser joven es estar siempre aprendiendo inglés, le gustar el color, jarabe, *gengibirra*, empanada (pastelería frita/ *pastel de panadería*). Ser joven es no tener ardor de estómago (agruras), le gustar dormir y creer en cambios; es meter el dedo en el bizcocho y lamer (chupar) la crema. [...]

Ser joven es beber lluvia, tener raras, repentinas e inexplicables atracciones. Es temer el testimonio, rechazar (detestar, odiar) los solemnes, dudar de las palabras. Ser joven es no creer en lo que está pensando, salvo (a excepción) si el pensamiento permanece (perdura). Es saber sonreír y alimentar secretas simpatías por los religiosos que cantan en las plazas en semicírculos, biblia en manos, sueño en el corazón. [...]

Ser joven es ser capaz de comprender a su(tu) tía, de entender la reclamación (demanda, reivindicación, queja) de la empleada doméstica y apoyarla en su retraso. Ser joven es seguir disfrutando de tumbarse en el césped. Es gustar (disfrutar) los besos, la piel, los ojos. Ser joven es no perder la costumbre de avergonzarse (ruborizarse, enrojecerse). Es ir para ser presentado (“- ¿Ya conoces a fulano?”) aunque con miedo (muriendo de miedo).

Ser joven es seguir haciendo descubiertas. Es desear ir a la luna o a Finlandia, Escocia y a playas desconocidas. Es sentir olores raros (excéntricos, peculiares, inusitados): olor de vacaciones, olor de madre llegando a casa en día de lluvia, olor de fiesta (conmemoración), de mandioca (yuca), camiseta nueva, carpintería o toalla del club (de la asociación).

Ser joven es andar con confianza como quien brinca (salta), se posible, de manos dada con el aire. Es tener coraje de nacer a cada día y liberarse de los problemas. Es acreditar en frases, personas, mitos, fuerzas, sonidos, es confiar (fiarse) en lo que no merece la pena, pero qué sería de la vida se no fuera eso.

Es descubrir (encontrar) un bello que no cuenta. Es recrear las revelaciones e ir a casa con gusto de su silencio amargo o agrídulce. [...]

Ser joven es mezclar todo con la edad que tenga, treinta, cuarenta, cincuenta, sesenta, setenta o diecinueve. Es abrir la puerta siempre con emoción. Es esperar que hagan lo que usted todavía no desistió de desear (querer). Ser joven es vivir en estado musical de superproducción de la *Metro*. Es abrazar esquina (córner), mundos, espacios, luces, flores, libros, discos, perros (animales) y la niñita (niña) con profundo e ilimitado abrazo hecho de fiesta, *cocada preta* (dulce de coco quemado), dientes blancos, dedos tímidos, todos listos para los desacuerdos (las discordancias) de la vida. Con ganas (afán, deseo) profundo y permanente de SER.

Para la corrección del texto, en lo que concierne a los elementos gramaticales, se observará si el texto está escrito en un español correcto y formal. Acerca de los elementos estructurales y de estilo, se considerarán los siguientes aspectos formales:

1. Tiempo verbal del texto;
2. Organización textual con elementos que enlazan un párrafo al otro y le permiten al lector una lectura creciente y fluida;
3. Presentación de operadores argumentativos y elementos ricos que conforman la cohesión y la coherencia, por ejemplo, los deícticos;
4. Riqueza lexical en la elaboración de las frases, sin exceso de ecos y repeticiones.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

Língua Espanhola e Língua Francesa

Resumé

Pour de nombreux observateurs, les super-plateformes ont acquis un pouvoir démesuré qui s'assimile à celui des États. Des pays comme la France et le Danemark ont d'ailleurs nommé des "ambassadeurs pour les questions numériques". Mais cela démontre avant tout l'importance que prend le numérique pour la diplomatie des nations. Si de grandes puissances économiques sont déjà entrées en concurrence avec les États au cours des siècles passés, les super-plateformes semblent, quant à elles, posséder des pouvoirs quasi régaliens, mais seulement à première vue. Tout d'abord, elles proposent des services de paiement et Facebook voudrait créer une cryptomonnaie privée. Par contre, aucune de ces plateformes ne frappe monnaie. En ce qui concerne le pouvoir de police, les plateformes peuvent contrôler le contenu qui est publié par leurs utilisateurs, mais seules les institutions étatiques peuvent sanctionner les contenus illégaux. Les mécanismes de modération des contenus sont encore limités et représentent surtout une réaction à la lenteur des systèmes judiciaires des États. Pour ce qui est des impôts, les plateformes n'en prélèvent pas, mais l'optimisation fiscale qu'elles pratiquent a obligé les États à négocier entre eux pour adapter le système fiscal international à la nouvelle ère numérique et, en juin 2021, ils ont déterminé l'instauration d'un impôt minimal pour les multinationales de 15 % dans tous les pays où elles opèrent. Enfin, en matière de sécurité, les plateformes peuvent être considérées comme une menace et certains États décident de les bloquer ou de les limiter. D'ailleurs, des campagnes de désinformation peuvent y être lancées dans le but d'ébranler un gouvernement ou de s'immiscer dans le processus électoral. D'un autre côté, elles peuvent contribuer à la sécurité des États en aidant à contrôler les flux d'information. Il en découle que les super-plateformes ne possèdent pas vraiment de pouvoirs régaliens, néanmoins leur "pouvoir d'infrastructure" représente un défi pour les États. En effet, les plateformes ont construit leurs propres réseaux de câble sous-marins à l'échelle du monde et des centres de données qui leur permettent de stocker et traiter les informations, ce qui fait de celles-ci les principaux fournisseurs de l'informatique dématérialisée.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)**Língua Espanhola e Língua Francesa****Version**

La famille à Paris

Il est difficile, voire impossible, de se faire une idée aujourd'hui de ce qu'était Paris à cette époque. Le Quartier latin ne ressemblait sûrement plus à celui de l'époque romantique et bohème de Murger ; mais il conservait, bien que quelque peu modifié par les longues avenues de Haussmann, une physionomie originale et pittoresque, car la transformation profonde qu'il a subie totalement depuis l'exposition de 1900 ne s'était pas encore opérée. C'était une ville française, habitée principalement par des Français, qui vivaient à la française, à la vie déjà intense, certes, mais avec des vestiges d'une existence patriarcale, pas encore transformée par l'aspect cosmopolite qui l'a caractérisée au XXe siècle.

Quand il venait passer le week-end avec nous, mon père m'emmenait voir les endroits historiques et les monuments. Ces visites étaient surtout dans les musées de la ville et de ses alentours, comme Fontainebleau, Versailles. Quelques années plus tard, j'ai compris que, en procédant ainsi, mon père cherchait surtout à revivre les impressions de l'admiration et l'enthousiasme de sa visite de 1867. Mais je me souviens bien qu'il disait que ce n'était pas pareil. Il manquait déjà à la ville de 1880 quelque chose de cette vie aristocratique, pleine d'élégance et de distinction dont le Faubourg Saint-Germain a été le centre. Les lieux publics de meilleur goût comme le Café Tortoni, la Maison d'Or, le Café Anglais, n'avaient déjà plus le même goût et la même clientèle.

Il me dit, plus tard, qu'il était déconcertant de chercher à recomposer, à des années de distance, quelques impressions de jeunesse parce que le souvenir les embellit et les personnes, les habitudes, le progrès même, sont en transformation permanente. Ces confrontations laissent dans le cœur et dans l'esprit une certaine désillusion comme la lumière qu'un enfant croit avoir surprise dans la poudre laissée sur ses doigts par le papillon multicolore. « Il est préférable, concluait-il, de ne pas chercher à ressusciter ce qui s'est passé, gardant dans notre mémoire les images que le souvenir a retenues ». J'ai eu l'opportunité d'entendre la même remarque faite par Joaquim Nabuco, plus tard, quand il est allé chercher à Naples les impressions de sa première visite. D'une ville désordonnée et sale, mais radieuse avec ses couleurs, sa lumière et son pittoresque inégalable, il s'en faisait une autre moderne, les quartiers anciens étant remplacés par d'autres de construction impeccable, avec la régularité architectonique et la banalité monotone des métropoles modernes.

Brasília-DF, 07 de novembro de 2023.

Coordenação Pedagógica
Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES